

INSTITUTO FEDERAL GOIANO 6 *CAMPUS* MORRINHOS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
CURSO DE PEDAGOGIA**

**Setembro
2015**

REITOR

Prof. Vicente Pereira de Almeida

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Prof. Virgílio Távira Erthal

DIRETOR GERAL DO CAMPUS MORRINHOS

Prof. Gilberto Silvério da Silva

DIRETOR DE ENSINO

Prof. Luciano Carlos Ribeiro da Silva

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**Presidente**

Profa. Me. Sangelita Miranda Franco Mariano

Membros

Profa. Ilma Célia Paiva Moura

Profa. Me. Kenia Bomtempo de Souza

Profa. Dra. Leila Adriana da Silva Santiago

Prof. Dr. Marco Antonio de Carvalho

Profa. Me. Michelle Castro Lima

Profa. Dra. Nora Ney Santos Barcelos

Prof. Dr. Ronaldo Elias Borges

Profa. Dra. Thelma Maria de Moura Bergamo

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	4
2. OS CURSOS DE LICENCIATURA NO CONTEXTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS	5
3. CURSO DE PEDAGOGIA: HISTÓRIA E IDENTIDADE	7
4. JUSTIFICATIVA	13
5. OBJETIVOS	24
6. PERFIL DO EGRESSO	25
7. PERFIL PEDAGÓGICO DO CURSO	27
8. AVALIAÇÃO	32
9. ESTÁGIO SUPERVISIONADO	32
10. TRABALHO DE CURSO	33
11. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	33
12. MATRIZ CURRICULAR	35
13. EMENTÁRIO	38
14. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	72
APÊNDICE 1 - REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	75
APÊNDICE 2 - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CURSO	96
APÊNDICE 3 - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	116

1. IDENTIFICAÇÃO

Curso de Licenciatura em Pedagogia

Modalidade oferecida: Licenciatura

Titulação conferida: Licenciado em Pedagogia

Ano de início de funcionamento do curso: 2013

Turno de Funcionamento: Noturno

Tempo de Integralização do curso:

Tempo mínimo: 4 anos

Tempo máximo: 7 anos

Número de vagas oferecidas: 40 vagas

ENDEREÇO

INSTITUTO FEDERAL GOIANO ó CAMPUS MORRINHOS

Rodovia BR 153, km 633, Zona Rural

Morrinhos ó Goiás

CEP 75650-000 Fone: 3413-7900

2. OS CURSOS DE LICENCIATURA NO CONTEXTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

A implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), desde seus primeiros registros e debates, sempre esteve relacionada ao conjunto de políticas para a educação profissional e tecnológica (EPT). A concepção dessa modalidade de educação orienta os processos de formação com base nas premissas da integração entre ciência, tecnologia, trabalho e cultura, conhecimentos específicos e desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários à atuação profissional, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais.

Os Institutos Federais validam a verticalização do ensino na medida em que balizam suas políticas de atuação pela oferta de diferentes níveis da educação profissional e tecnológica, tomando para si a responsabilidade de possibilidades diversas de escolarização como forma de efetivar o seu compromisso com todos. Os Institutos Federais passarão, assim, a se ocupar, de forma substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, entendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas (MEC, 2008).

Os compromissos institucionais que os Institutos Federais assumem com a sociedade brasileira, aliados ao seu amplo grau de abrangência e ao trânsito pelos diversos níveis da Educação Profissional e Tecnológica dotam essas Instituições de condições para estabelecer uma singularidade em sua arquitetura curricular: a flexibilidade para instituir itinerários formativos que permitam um diálogo rico e diverso em seu interior e a integração das diferentes etapas da educação básica e do ensino superior, da educação profissional e tecnológica, além de instalar possibilidades de educação continuada, aspecto decorrente da dinâmica da realidade produtiva. Esse tipo de concepção curricular cria perspectivas favoráveis quando se trata de formação dos profissionais da educação.

No tocante à formação de professores para a educação básica, a natureza dos IFs remete à oferta de licenciaturas voltadas para a área das ciências da natureza, sem que isso signifique um engessamento. O fundamental é assegurar que as instituições atendam às demandas sociais locais, com ênfase na garantia da qualidade do ensino que seja necessário à região. Portanto, os Institutos Federais assumem o compromisso, quando na plenitude de seu funcionamento, de garantir 20% de suas

matrículas em cursos de licenciaturas, que em grande parte poderão se destinar a própria educação profissional e tecnológica.

Tendo em vista o compromisso dos IFs em atender as demandas sociais é que se insere a necessidade da oferta de um curso de licenciatura em Pedagogia no sul de Goiás. A região onde se encontra o Campus Morrinhos, do Instituto Federal Goiano, dispõe da oferta de cursos de Pedagogia somente em instituições privadas sendo que, apenas uma delas no município, na qual a referida licenciatura é oferecida somente na modalidade à Distância.

A LDB 9394/96 estabelece em seu artigo 62 a exigência da formação profissional em Pedagogia ou Normal Superior para a atuação na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental; em seu artigo 63, atribui aos institutos superiores de educação a responsabilidade em manter cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; e o artigo 64, segundo o qual:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (BRASIL, 1996).

Justifica-se, portanto a legitimidade e, acima de tudo a necessidade da oferta de uma licenciatura em Pedagogia na modalidade pública e gratuita pra atuar nas séries iniciais da educação básica na região onde se situa o Campus Morrinhos.

O processo de formação do professor no decorrer dos cursos de licenciatura dos IFs, em seus diferentes momentos, deve propiciar aos alunos oportunidades de vivenciarem situações de aprendizagem de maneira a construir um perfil profissional adequado à formação de professores para a educação básica, e também compatível com a possibilidade de atuação na educação profissional, principalmente no caso do ensino médio integrado.

3. CURSO DE PEDAGOGIA: HISTÓRIA E IDENTIDADE

A preocupação com a formação dos educadores no interior do curso de pedagogia é alvo de reflexão e investigação de muitos estudiosos da área (Fávero, 1987; Gadotti; Pino, 1979; Franco; Ballea, 1979; Freitas, 2002; Brzezinski, 1996 e Silva, 2003), não sendo poucas as críticas e propostas de reformulação para tais cursos, já que a complexidade da identidade desse profissional acarreta diferentes propostas de formação, segundo os diferentes entendimentos da especificidade do profissional formado.

O curso de Pedagogia, desde sua criação, e no decorrer de sua história (no Brasil), é marcado pela incerteza quanto à sua finalidade e, dessa forma, pela incerteza de que profissional deveria formar: deveria ocupar-se da formação de professores (magistério)? Deveria ocupar-se da formação de especialistas (curso técnico)? Deveria ocupar-se da formação de professores e de especialistas (habilitações)? Ou deveria ocupar-se da formação de professores/especialistas (educadores cuja base da formação é a docência)?

Em decorrência dessa incerteza, muitas foram as propostas e implementações desde sua criação na década de 1930 até os dias atuais, sendo a conformação das políticas de Formação dos Profissionais da Educação, em nosso país, entendida como o resultado do embate entre duas forças. A primeira delas, denominada Poder Instituído, baseia-se em conceitos como capacitação em serviço, treinamento dos professores e formação de especialistas voltados para a necessidade do mercado de trabalho com o objetivo de aumentar a produtividade; é representada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Conselho Federal de Educação (CFE). A segunda diz respeito aos Movimentos dos Educadores e se apoia nos conceitos de escola como instituição social, lugar de produção de conhecimentos historicamente construídos, em sua relação com a sociedade, seu papel social entendido como um ato político, sendo o educador um agente transformador da realidade; é representada por organizações de grupos de educadores em torno das políticas de formação. Essas instâncias representativas passam por três momentos organizacionais com características diferenciadas: Comitê Nacional Pró-Formação do Educador (1980 a 1983), Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (Conarcfe ó 1983 a 1990) e Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope ó 1990 até os dias atuais).

É através dessas duas forças e de suas conquistas e retrocessos que os cursos de pedagogia, assim como a atuação profissional e formação esperada desses cursos vão sendo forjadas nacionalmente (através de implementações legais) e pontualmente (dentro dos cursos e Faculdades de Educação), no contexto educacional brasileiro.

3.1 Surgimento do curso de Pedagogia no contexto nacional

O curso de Pedagogia tem sua origem na seção de pedagogia da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil através do decreto-lei nos 1.190 de 4 de abril de 1939.

Na ocasião o curso foi estruturado pelo chamado *esquema 3+1*, em que a formação do bacharel se dava em 3 anos e do licenciado com o acréscimo de mais 1 ano dedicado às disciplinas de didática. Em decorrência desta divisão entre a formação do bacharel e do licenciado, em que a compreensão da licenciatura estava fundamentalmente ligada à pura aquisição de métodos vinculados às disciplinas de didática, podemos perceber, já em momento de sua criação, uma fragmentação dentro da proposta de formação e uma indefinição acerca da formação propiciada pelo curso de pedagogia. Conforme ressalta Silva,

Em sua própria gênese, o curso de pedagogia já revelava muitos dos problemas que o acompanharam ao longo do tempo. Criou um bacharel em pedagogia sem apresentar elementos que pudessem auxiliar na caracterização desse novo profissional. Dentre as finalidades definidas para a Faculdade Nacional de Filosofia é possível reconhecer a que é dirigida ao bacharel em geral. É a que se refere ao preparo de trabalhadores intelectuais para o exercício das altas funções da Pedagogia. (SILVA, 2002, p.12).

O curso permaneceu orientado por este decreto-lei até a década de 1960, sendo o *esquema 3+1* reforçado por nova regulamentação contida no parecer 251/1962, decorrente dos postulados da lei no. 4024/1961 que estabeleceu o currículo mínimo do curso de pedagogia.

Durante o período de recuperação econômica (iniciado com o golpe militar de 1964), seguiu-se a fase da retomada da expansão com grande desenvolvimento do setor industrial, acentuando-se a divisão social do trabalho e a necessidade de formação de mão-de-obra qualificada.

A educação emerge, neste momento, como área estratégica, já que era através dela que ocorreria esta formação de mão-de-obra, propondo-se para ela uma série de medidas de médio e longo alcance. Essas medidas se materializaram nas leis que alteravam a forma de organização e estruturação da educação brasileira: Lei 5.540/68, que normatizou o funcionamento do ensino superior e a Lei 5.692/71, que reestruturou a educação básica.

Neste contexto de reformulação do ensino para adequação às necessidades impostas pelo modelo econômico vigente (desenvolvimentista /tecnicista), surgem as Faculdades de Educação.

3.2 O Movimento dos Educadores nos debates para definição do curso

A partir desse histórico e preocupados com o rumo da formação dos educadores no Brasil, começa-se a debater, desde o final de 1970, a identidade do pedagogo, identidade fragmentada por

um currículo e por uma profissionalização insatisfatória para realizar uma tarefa efetivamente educativa (Scheibel; Aguiar, 1999, p.80).

Segundo esclarece Silva,

Foi no final da década de 1970, a partir da notícia de que as indicações suspensas começavam a ser reativadas pelo MEC, que professores e estudantes universitários se organizaram para controlar o processo de reforma dos cursos de formação de educadores no Brasil, através de movimentos que perduram até nossos dias. (...) No que se refere ao curso de pedagogia, o I Seminário de Educação Brasileira realizado na Universidade de Campinas, em 1978, constituiu-se numa oportunidade para iniciar-se uma reação mais organizada no intuito de se pensar conjuntamente os estudos pedagógicos em nível superior. (2002, p. 62).

Havia a necessidade de os educadores se mobilizarem em âmbito nacional para uma ampla discussão a respeito da formação do educador, porém apenas a partir de 1980, quando o MEC pretendia retomar a matéria a partir das Indicações CFE de no. 67/75 e no. 70/76, é que os educadores movimentaram-se para desencadear a mobilização em nível nacional.

Na I Conferência Brasileira de Educação, realizada na PUC de São Paulo, foi criado o Comitê Nacional Pró-reformulação, formado por integrantes originários de vários pontos do país e com atuação nacional através dos comitês regionais.

As Conferências Brasileiras de Educação (CBEs) passaram a representar a possibilidade concreta de os educadores tomarem para si os rumos das discussões e políticas educacionais para o setor. Elas foram co-promovidas pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) e a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes).

A partir das formas de organização e mobilização consolidadas, o Comitê Nacional funcionou inicialmente como núcleo irradiador dos objetivos do movimento, mas este movimento se configurava como um movimento de bases, visto que dependia das bases regionais e estaduais.

A identidade pretendida pelo movimento não era o que era proposto pela legislação em momento da criação do curso, nem a que vinha sendo construída nas legislações criadas de forma autoritária. A identidade do curso de pedagogia necessitava ser construída e para isso havia também a necessidade de divulgação e ampliação das discussões acerca dessa identidade (formação do pedagogo).

O processo natural de amadurecimento dos estudos e das experiências vividas pelas instituições, até então, indicava que as duas primeiras CBEs contaram com a co-promoção do Centro de Estudos e Cultura Contemporânea (CEDEC).

Havia um longo caminho a percorrer para propor reformulações curriculares, mas ao mesmo tempo os educadores estavam ameaçados por uma proposta que poderia advir dos gabinetes do ministério, após consultas a especialistas e autoridades (Brezinski, 1996, p. 122).

Com a amplitude das discussões e a necessidade de se pensar em proposições diretas para a reformulação do curso, em 1983 foi formada a Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de formação dos Educadores (Conarcfe) em substituição ao Comitê, criado em 1980.

Neste mesmo encontro de 1983, em Belo Horizonte, surgiu a discussão sobre a base comum nacional, que permanece até hoje como proposta para a formação dos educadores e que prevê a docência como base da formação de todo educador.

A ideia de base comum nacional origina-se na formulação de princípios no I Encontro Nacional, em Belo Horizonte (1983). Essa base se insurgia contra a formação do pedagogo apenas especialista sem que se formasse professor. (...) ela [a base comum nacional] mostra a resistência do movimento ao currículo mínimo fixado pelo CFE e nega a ideia de um elenco de disciplinas, que poderia restringir essa definição a um rol de matérias que se agrupariam num núcleo comum de conhecimentos básicos de formação do educador. (Brezezinski, 1996, p.122).

No II Encontro Nacional, em 1986, a discussão sobre a base comum nacional é ampliada, elucidando melhor suas concepções e as consequências de sua aceitação por parte dos educadores. Define-se que a base comum nacional deverá abranger três dimensões:

- a) a dimensão profissional que define a docência como base da formação do educador quando afirma que *“como professores, devemos confluir num certo saber e num certo fazer”*;
- b) a dimensão política que aponta para a necessidade de os profissionais do ensino estarem capacitados para repensar e recriar a relação teoria-prática, entender as relações educação-sociedade e o seu papel na sociedade, *“comprometidos com a superação das desigualdades”*; e
- c) a dimensão epistemológica que *“remete à natureza dos profissionais da escola, instituição necessária à transmissão e à elaboração de um saber, onde o científico deve ter um espaço privilegiado”*. (Conarcfe 1988, apud Freitas 1996, p.69).

Ainda nesse encontro, retomam-se algumas discussões acerca da identidade do curso de Pedagogia, entretanto, em decorrência da ênfase na questão das habilitações, naquele momento não foi possível fazer o estudo detalhado do curso de Pedagogia propriamente expresso em sua totalidade, retardando a discussão da especificidade desse curso, que é tratado pelo movimento como uma licenciatura, sem deixar de lado seu papel na construção da ciência da educação.

Segundo Freitas (1996), o movimento, a esta altura, passa a demarcar as diferenças existentes entre a questão da identidade do curso - *“a política científica para a área”* - e a discussão sobre a extinção ou manutenção das habilitações - *“a política profissional para o pedagogo”*.

O IV Encontro Nacional, em 1989, reafirmou os princípios gerais do movimento e avançou na formulação de outros dois princípios:

- a) os cursos de formação do educador deverão estruturar-se de forma a propiciar o trabalho interdisciplinar e a iniciação científica no campo da pesquisa em educação;

b) paralelamente à política profissional haverá o desenvolvimento de uma política científica que permita aos discentes o envolvimento significativo com a iniciação científica no campo da pesquisa em ensino. (Conarcfe1989, apud Freitas 1996, p.70);

O V Encontro, realizado em 1990, foi o local principal de discussão da questão do trabalho docente como base da formação do pedagogo. Isso se deve ao surgimento de divergências em relação à identidade da pedagogia, que giravam em torno de duas concepções: a primeira, que afirmava que o objeto de 5º III Encontro Nacional realizou-se em agosto de 1988, durante a V CBE em Brasília e teve um trabalho apenas organizativo.

Este encontro marcou um momento importante no movimento dos educadores, pois nele foram aclaradas e reafirmadas todas as tendências de reformulações curriculares, como também foi criada a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) em substituição à Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores (Conarcfe) criada em 1983.

Essa Associação teve seus objetivos redimensionados com a promoção de estudos, a serem considerados como referenciais para as reformulações dos cursos de formação dos profissionais da educação. O VI Encontro, realizado em 1992, avança para a formulação de uma proposta concreta para uma política de formação do profissional da educação. Esta proposta, segundo Freitas (1996), rompe com a tendência do movimento de não sugerir alternativas para a organização das agências de formação do profissional da educação, apresentando uma estrutura que coloca nas Faculdades de Educação o lugar onde deve ocorrer essa formação.

Os princípios apresentados pela Anfope para a reformulação dos cursos de formação dos profissionais da educação incluíram princípios como: a contextualização da educação e compromisso com a mudança, na direção de relações sociais mais democráticas e igualitárias; o compromisso do Estado com a educação pública de qualidade; a valorização do trabalho docente; a docência como base comum nacional da formação em Pedagogia; o trabalho interdisciplinar e articulado, a pesquisa com constituinte da identidade do pedagogo; a indissociabilidade teoria-prática; a gestão democrática; a autonomia universitária.

Em meados da década de 1980, os cursos de Pedagogia de Universidades comprometidos com as reflexões acerca da formação dos profissionais da educação passaram a apresentar modificações em seus currículos de modo a abranger a formação do educador e dos professores de primeira a quarta séries educação infantil.

Entretanto, foi durante a década de 1990 que houve um maior incremento das reformulações e algumas Faculdades de Educação Públicas protagonizaram propostas de reformulação dos cursos de Pedagogia fundamentadas nos princípios da ANFOPE (Brzezinski, 1995), merecendo especial destaque as seguintes universidades: Universidade Federal Fluminense (1994), Universidade Federal

de Minas Gerais (1996), Universidade Federal de Mato Grosso (1994) e a Universidade Estadual de Campinas (1992 e 1997).

4. JUSTIFICATIVA

4.1 Contexto Teórico

O curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos, foi implantado em Janeiro de 2013, a partir de discussões realizadas no interior do IFGoiano, impulsionadas pelo debate nacional acerca da formação e atuação de professores na educação básica, especificamente na educação infantil, séries iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos.

É possível depreender que a década de 80 foi profícua no que diz respeito a debates da área educacional sobre essa formação, quais sejam: Conferências Brasileiras de Educação, realizadas pela Associação Nacional de Educação (ANDE), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES). Podemos afirmar que as discussões relacionadas à formação do educador consolidaram-se a partir da criação do Comitê Nacional, o qual posteriormente tornou-se Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (Conarcfe), que em 1990 transformou-se na atual Associação Nacional pela Formação do Profissional da Educação (ANFOPE).

Diante desse movimento, alguns aspectos podem ser considerados como basilares nas concepções sobre a formação do profissional da educação, dentre eles destaca-se a docência como base da identidade do profissional da educação; o trabalho interdisciplinar e a iniciação científica no campo da pesquisa propiciados pela estruturação dos cursos, bem como a prática social global como ponto de partida e de chegada da prática educativa (BRZEZINSKI, 1999, p. 80-81).

A década de 90, no que diz respeito ao campo da educação, é marcada, pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) que, de acordo com DEMO (1997), propiciou avanços e mudanças em relação à temática no Brasil. A existência legal do curso de Pedagogia e de seu campo epistêmico foi garantida por lei em nosso país. A LDB, Lei n.º 9.394 de dezembro de 1996, em seu artigo 64, estabelece que

A formação dos profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida nessa formação, a base comum nacional. (BRASIL, 1996, p. 18).

Os preceitos legais estabelecidos indicam para este curso a condição de um bacharelado profissionalizante, destinado a formar os especialistas em gestão administrativa e coordenação pedagógica para os sistemas de ensino, seja em cursos de graduação, seja de pós-graduação. O que é a base comum nacional não fica claro no texto legal. Talvez possamos enxergar uma similaridade com a

nomenclatura também utilizada pela ANFOPE, mas, ao mesmo tempo, o texto não esclarece seu significado e sentido além de não determinar por normatizações posteriores como isso se daria. Assim, com a LDB (Lei nº 9.394/96) foram desencadeadas, novamente, ações do MEC e do Conselho Nacional da Educação (CNE) no sentido de redefinir a formação do profissional do magistério, segundo as novas possibilidades colocadas pela legislação, mesmo sem muita clareza do termo utilizado.

Para esse conjunto de ordenamento legal a formação do professor para atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental foi retirada do âmbito dos Cursos de Pedagogia, pois com as determinações do Parecer 133/2001, impediram os cursos de pedagogia das Instituições de Ensino Superior não-universitárias de formar professores de Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Depois de muitos embates, ocorridos por ocasião da formulação de normas complementares à LDB 9.394/96, a atribuição da formação de professores para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental ficou assegurada também para o curso de Pedagogia, mas apenas para aqueles que se situam em instituições universitárias (universidades ou centros universitários). Para os cursos de Pedagogia fora destas instituições não existiu, a partir daí, permissão para a citada formação (Parecer CNE-CES 133/2001). Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação fica esta formação destinada ao Curso Normal Superior, conforme artigo 63: os institutos superiores de educação manterão: I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; [...].

A partir do Decreto nº 3554/1999 de 07/08/2000, modifica-se a exigência em relação ao curso Normal Superior, com o seguinte texto: A formação em nível superior de professores para a atuação multidisciplinar, destinada ao magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental far-se-á, **preferencialmente**, em cursos normais superiores.

A questão é que a LDB 9.394/96 estabeleceu uma nova estrutura institucional, que são os Institutos Superiores de Educação e os ISEs e suas diversas modalidades de formação, enquanto espaço privilegiado para a formação de professores, tal como definido por esse Decreto. O questionamento principal foi sobre a descaracterização do Curso de Pedagogia como licenciatura e a tentativa de colocá-lo como um bacharelado, uma vez que a legislação determinava que os professores para a Educação Básica fossem formados, preferencialmente, nos ISEs no curso Normal Superior.

Na década de 90, no Brasil, existiram, assim, dois lugares para formar professores: o curso Normal Superior, dentro dos Institutos Superiores de Educação e o curso de Pedagogia, em Universidades e Centros Universitários. Dois espaços diferentes, com concepções diferentes,

abrigando a mesma formação. Contradições que impedem e impediram até então a confirmação do perfil dos profissionais da educação no Brasil.

Configura-se, dessa maneira, um paradoxo na LDB 9394/96 e nos seus documentos normatizadores. De um lado, cria os Institutos Superiores de Educação (Resolução 1/99), define o Curso Normal Superior como espaço preferencial para a formação dos professores da Educação Básica (Decreto 3.554/2000) e, de outro, preserva esta função ao curso de Pedagogia (Art.62 da LDB 9394/96), tendo como consequência dois cursos em espaços distintos, com a mesma atribuição acadêmica.

Por isso, no tocante ao curso de Pedagogia na LDB 9394/96 consiste em ambiguidades e interpretações diferenciadas. A LDB 9394/96, além de possibilitar a criação de uma nova instituição responsável pela formação do professor da educação básica, alterou, por meio dos seus desdobramentos em pareceres, decretos e resoluções, a organização de todos os cursos de licenciatura a partir de duas resoluções.

Assim, em 2002, a Resolução do CNE/CP nº 01/02 que criou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. E a segunda Resolução CNE/CP nº02/02 que instituiu a duração e a carga horária dos cursos destinados à formação de professores da Educação Básica. O período entre o final da década de 90 e o início de 2000 pode ser considerado como um momento de mudanças e rupturas para o curso de Pedagogia e a Formação de professores no Brasil.

Nessa perspectiva, aquela concepção de pedagogo, especialista em educação para atuar apenas nas instituições de educação formal, não conseguiu abarcar as possibilidades do trabalho pedagógico emergentes na realidade social mais ampla. Vários são os espaços instituições hoje que demandam um profissional da educação, além do ambiente escolar. Esta lacuna, na nossa visão, não foi suprida por tantas modificações no perfil da formação do curso de Pedagogia.

Ainda para completar o quadro de mudanças, mais uma vez o Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução nº 1 de 1º de fevereiro de 2005, estabeleceu as normas para o apostilamento em diplomas de curso de graduação em Pedagogia do direito ao exercício do magistério nos quatro anos iniciais do Ensino fundamental, com a exigência curricular de três aspectos: metodologias do magistério para os quatro primeiros anos do Ensino Fundamental; disciplina, estrutura e funcionamento do ensino; e trezentas horas de estágio supervisionado.

De acordo com a resolução, atendidas estas exigências, poderia ser apostilado o magistério no curso de Pedagogia em graduação plena, nas instituições não-universitárias impedidas anteriormente pelo Parecer 133/2001.

Cenário descrito, vale destacar que em 16 de maio de 2006 foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução CNE/CP nº. 1, de 15 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso

de Graduação em Pedagogia, licenciatura. A aprovação desta legislação é marcada por uma história de luta da área desde a LDB (Lei 9.394/96) para que o curso tivesse, a partir de uma ampla discussão com a comunidade acadêmica, diretrizes nacionais para o curso de Pedagogia. Tais diretrizes foram elaboradas visando

[...] à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal em cursos de Educação profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. A formação oferecida abrangerá integradamente a docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e atividades educativas. (Parecer CNE/CP nº 5/2005, 13 dez. 2005, p. 6).

O curso de Pedagogia, dessa forma, é responsável pela formação do professor e deverá integrar também a formação do pedagogo, sem denominação das habilitações, mas com atividades de gestão e coordenação do ensino ou como atividades educativas. As Diretrizes Nacionais do curso fundamentam que este trabalho pedagógico, ora classificado como docência em várias áreas, ora como a participação no planejamento, gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares, bem como organização e desenvolvimento de programas não-escolares, poderá ser realizado, como o próprio texto diz, em espaços escolares e não-escolares que têm a docência como base.

Para a organização curricular, as Diretrizes propõem a criação de três núcleos, um de estudos básicos, outro de aprofundamento e diversificação de estudos e, o terceiro, núcleo de estudos integradores. Em sua duração, difere da legislação acerca das demais licenciaturas, propondo a seguinte configuração: 2800 horas de atividades formativas; 300 horas de estágio curricular e 100 horas de atividades complementares.

Talvez o grande marco dessa legislação (Resolução CNE/CP nº 1, 15 de maio de 2006, que institui as diretrizes nacionais do curso de Pedagogia) seja a definição do curso de Pedagogia como um curso de licenciatura, de formação de professores prioritariamente para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Defende a Pedagogia como campo teórico-investigativo da educação, do ensino, do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social.

A educação do licenciado em Pedagogia deve, pois, propiciar, por meio de investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural. O propósito dos estudos destes campos é nortear a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, bem como orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não-escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino. (Parecer CNE/CP nº 5/2005, 13 dez. 2005, p. 6).

Desaparecem, assim, as terminologias de habilitação no curso de Pedagogia: orientação educacional, supervisão escolar, administração escolar e inspeção escolar para aparecer um conceito mais amplo sobre as finalidades de formação do pedagogo, compreendendo-o como um professor que

também se desenvolverá nas ações de planejamento, execução e avaliação de atividades educativas. De fato, as Diretrizes apontam, a partir do histórico já descrito, o currículo como campo de lutas e contradições.

Os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado. [...] O currículo, em seu conteúdo e nas formas através das quais se nos apresenta e se apresenta aos professores e alunos, é uma opção historicamente configurada, que se sedimentou dentro de uma determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar. (SACRISTÁN, 2000, p.17)

Este movimento dialético que acompanha esta trama na elaboração de uma legislação nacional com as diretrizes para o currículo do curso de Pedagogia, precisa ser compreendido neste campo, pois apesar de recente, já é alvo de tensões e discordâncias sobre seu conteúdo. Algumas críticas iniciais sobre essa legislação já foram divulgadas por autores, tais como Kuenzer e Rodrigues (2006) e Libâneo (2006), que se aproximam na compreensão de que a Resolução trouxe uma redução da formação do pedagogo à formação do professor. Segundo esses autores, a Pedagogia, ao longo de sua história, já havia conquistado espaços de atuação, que foram eliminados pelas diretrizes, quando forma, prioritariamente, o professor da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Nesse sentido, é importante historicizar os conflitos internos da Pedagogia nesta década, desvelando as posições antagônicas e comuns em relação à formação do pedagogo, essencialmente no que se refere à tese da base docente na formação.

Sabemos que a defesa da ANFOPE não é unânime no universo acadêmico. Existe um outro grupo, do qual podem ser apontados como representantes Libâneo (1997, 1999, 2002, 2004, 2006) e Pimenta (1991, 1996, 1997, 2002, 2004), que discordam de várias teses defendidas, inclusive a da base docente e a da exclusividade da docência no curso de Pedagogia, pois para eles:

O curso de Pedagogia destinar-se-á à formação de profissionais interessados em estudos do campo teórico-investigativo da educação e no exercício técnico-profissional como pedagogos no sistema de ensino, nas escolas e em outras instituições educacionais, inclusive as não-escolares. (LIBÂNEO; PIMENTA, 2002, p. 15).

Ainda completam que existe uma diferença entre a docência e o pedagogo. Segundo eles, é um equívoco lógico-conceitual querer juntar as duas funções em um mesmo profissional. A Pedagogia é uma reflexão teórica a partir e sobre as práticas educativas. [...] Não é possível mais afirmar que o trabalho pedagógico se reduz ao trabalho docente nas escolas. (LIBÂNEO ; PIMENTA, 2002, p. 29). Defendem um curso específico de Pedagogia e, por consequência, um local institucional específico para formar professores: o Centro de Formação, Pesquisa e Desenvolvimento Profissional de Professores ou CFPD. Deve-se ressaltar aqui que tal proposta se diferencia dos Institutos Superiores de Educação, pois exige a pesquisa como meio de formação nos Centros.

Este campo de lutas, evidenciado pela história e a identidade do curso de Pedagogia, busca, ao longo de sua trajetória um *status* ou um *locus* para a formação do profissional da educação. As

várias legislações denunciam, pela ambiguidade, a dificuldade em encontrar um consenso neste campo de formação. Em uma análise preliminar, poderíamos inferir que as teses da ANFOPE foram consideradas no texto final das Diretrizes, bem como a tentativa de uma aproximação com o outro grupo essencialmente formado por Libâneo e Pimenta, ampliando a atuação do pedagogo para além das instituições escolares. O texto das Diretrizes ao mesmo tempo em que amplia para estas possibilidades, limita a formação na docência para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Em síntese, em meio a este conturbado histórico, a Pedagogia também enfrenta a crise epistêmica, evidenciada no fato de que, para alguns, ela deve ser considerada como Ciência da educação e, para outros, como uma teoria pedagógica dentro da Didática. De que concepção partiremos, no projeto político pedagógico do curso de Pedagogia do IFGoiano - Campus Morrinhos, para enxergar o lugar complexo em que nos situamos? Como compreender o campo epistêmico da Pedagogia a partir dessa conflituosa história?

De acordo com Libâneo (1997), existem quatro concepções sobre o estudo científico da educação e das possibilidades de organização do conhecimento pedagógico:

a) Na primeira posição, defende-se a unicidade da ciência pedagógica. A pedagogia seria a única ciência da educação, as demais ciências chamadas auxiliares seriam ramos da pedagogia, ou seja, ciências pedagógicas. Essa posição é criticada por pretender exclusividade no tratamento científico da educação.

b) A segunda concepção refere-se à ciência da educação no singular, num enfoque positivista da ciência bastante impregnado da ideia de experimentação educacional, por um lado, e da tecnologia educacional, por outro.

c) A denominação ciências da educação está bastante difundida em vários países como França, Itália, Alemanha, Espanha, Portugal. A educação é objeto de estudo de um conjunto de ciências e, em alguns lugares, desaparece o campo de conhecimento conhecido por pedagogia, embora essa não seja uma concepção unânime.

d) A quarta concepção adere à denominação ciências da educação, em que cada uma toma um fenômeno educativo sob um ponto de vista específico, mantendo-se, todavia, a pedagogia como uma dessas ciências.

Essa última posição será o nosso referencial de partida, por assegurar o caráter multidimensional e interdisciplinar do fenômeno educativo, sem descartar o caráter peculiar da Pedagogia e da tradição de seus estudos.

O educador português Estrela (1992) é bastante explícito quanto aos equívocos trazidos pela utilização da expressão ciências da educação, seja pela falta de elucidação da problemática que a expressão envolve, seja pela sua vulgarização como substituto do termo pedagogia. Após reconhecer

as dificuldades da pedagogia em alcançar um autêntico estatuto científico, afirma que a necessidade de cientifização tem levado o interventor pedagógico a recorrer a conceitos e a métodos das ciências já constituídas, que poderão ter aplicação no seu campo específico, o da Educação. (ESTRELA, 1992, p. 12).

Essas questões são essenciais para a reflexão sobre a formação do pedagogo, pois a concepção em que se compreende a pedagogia como uma das ciências da educação recoloca o *status* e importância da área para a interpretação da complexidade dos fenômenos educativos.

A Pedagogia, com isso, é um campo de estudos com identidade e problemáticas próprias. Seu campo compreende os elementos da ação educativa e sua contextualização, tais como o aluno como sujeito do processo de socialização e aprendizagem; os agentes de formação (inclusive a escola e o professor); as situações concretas em que se dão os processos formativos (entre eles o ensino); o saber como objeto de transmissão/assimilação; o contexto socio institucional das instituições (entre elas as escolas e salas de aula). Resumidamente, o objetivo do pedagógico se configura na relação entre os elementos da prática educativa: o sujeito que se educa, o educador, o saber e os contextos em que ocorre. (LIBÂNEO, 2004, p. 38).

Identificar e inserir a Pedagogia neste campo epistêmico pode contribuir para modificar ações e interpretações que não a enxergam como ciência da educação. A partir desta configuração, Libâneo (2004, p. 136) reitera que

[...]na busca da legitimidade dos estudos científicos denominados de Pedagogia é considerar a educação, a prática educativa como objeto de estudo e, portanto, um fenômeno passível de ser descrito e explicado dentro da totalidade da vida social, mediante procedimentos metodológicos e formulação de conceitos compatíveis com os processos de investigação das ciências sociais (LIBÂNEO, 2004).

Neste momento, em nível nacional, também, ocorrem discussões no sentido de regulamentar as reformulações curriculares dos cursos de licenciatura. Em 1º de julho de 2015 foi aprovada Resolução CNE/CP nº 02, que visa definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. As mesmas

[...] aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar (BRASIL, 2015, p. 3)

De acordo com tais Diretrizes, as instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) (BRASIL, 2015, p. 3).

Nesse sentido, os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, incluindo a gestão educacional dos

sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e modalidades de educação (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância), e possuem a formação mínima exigida pela legislação federal das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (BRASIL, 2015, p. 4).

Depreende-se que nas últimas décadas diversos ordenamentos legais foram elaborados e implementados na arena da formação dos profissionais da educação. Dentre esses atos normativos destacam-se: Parecer CNE/CP n.º 53/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, que trata das diretrizes gerais para os Institutos Superiores de Educação; Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de abril de 1999, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na modalidade Normal; Resolução CNE/CP nº. 01, de 30 de setembro de 1999, que dispõe sobre os institutos superiores de educação; Parecer CP 115/99, de 10 de agosto de 1999, que dispõe sobre os institutos superiores de educação; Parecer CNE/CP nº 9/2001, aprovado em 8 de maio de 2001, que trata das diretrizes curriculares para a formação inicial de professores da educação básica em cursos de nível superior; Parecer CNE/CP nº 21/2001, aprovado em 6 de agosto de 2001, que dispõe sobre a duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena; Parecer CNE/CP nº 27/2001, aprovado em 2 de outubro de 2001, que dá nova redação ao Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior; Parecer CNE/CP nº 28/2001, aprovado em 2 de outubro de 2001, que dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior; Resolução CNE/CP Nº. 01, de 18 de fevereiro de 2002, que institui diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, nos cursos de licenciatura, de graduação plena; Resolução CNE/CP Nº. 2, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível; Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura; Resolução CNE/CP nº 02, que visa definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Em suma, a Pedagogia pode ser compreendida como uma das ciências da educação que contribui com o seu olhar **para** o objeto de estudo (prática educativa) e, dessa forma, reafirma o seu lugar e espaço na busca de uma formação inicial que possibilite a determinação de sua epistemologia.

4.2 A Pedagogia e o contexto regional do Campus Morrinhos

O Campus Morrinhos encontra-se localizado na região Sul de Goiás, a qual apresenta uma população estimada em mais de 1.272.697 habitantes, que correspondem a 21,29% da população do estado e apresenta uma taxa geométrica de crescimento populacional na faixa dos 1,77 ao ano, sendo que destes números, a cidade de Morrinhos apresenta, de acordo com dados do MEC uma população estimada em 41.457 habitantes[1], conforme a tabela abaixo.

Tabela 1 ó Dados Populacionais da região da cidade de Morrinhos - GO

Tipo	População	% Estado
Município:	41.457	0.69%
Municípios Vizinhos:	169.998	2.84%
Microrregião: Meia Ponte	361.360	6.04%
Mesorregião: Sul Goiano	1.272.697	21.29%
Estado: Goiás	5.979.300	100%

Fonte: MEC

Nos últimos anos, o IDEB do município oscilou entre 4,3 e 5,4%, conforme dados apresentados pelo Inep (Vide tabela 2), enquanto o governo federal espera atingir a meta de 6,2 no ano de 2021.

Tabela 3 ó IDEB do município de Morrinhos-GO.

REDE	IDEB			
	2007	2009	2011	2013
Municipal	4,3	4,7	5,2	5,4
Estadual	4,3	4,9	5,3	5,7

Fonte: INEP

Tabela 2 ó IDEB do Estado de Goiás

REDE	IDEB			
	2007	2009	2011	2013
Estadual	4,3	4,9	5,3	6,0

Fonte: INEP

Entre as cidades que apresentaram maior IDEB, estudos apontam que um dos fatores fundamentais para o salto qualitativo foi justamente a formação de professores, especificamente pedagogos, para a atuação na educação infantil.

Na perspectiva de cumprir com a sua função social, contribuindo para o desenvolvimento da região na qual encontra-se inserida, é que o Campus Morrinhos do Instituto Federal Goiano propõe a abertura do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Diversos fatores foram considerados para que essa decisão fosse tomada, dentre elas, o fato de que na microrregião do Meia Ponte, na qual se encontra nosso Campus, composta pelas cidades de Água Limpa, Aloândia, Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Caldas Novas, Cromínia, Goiatuba, Inaciolândia, Itumbiara, Joviânia, Mairipotaba, Marzagão, Morrinhos, Panamá, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Professor Jamil, Rio Quente e Vicentinópolis, o curso de Licenciatura em Pedagogia só é oferecido em instituições particulares.

A ausência de instituições públicas que ofereçam o referido curso, deve ser associada a uma demanda constante por profissionais com a formação em pedagogia, para atuar na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental de acordo com o que está previsto nas legislações educacionais em vigência.

Atualmente, diversos programas do governo federal têm oferecido incentivos para os cursos cujo alvo seja a formação de professores, tais como o PIBID, o Prodocência e o LIFE o Programa de apoio a laboratórios interdisciplinares de formação de educadores, ambos sob a supervisão da Capes, para os quais têm sido lançados editais constantemente, tornando clara a política governamental de apoio a cursos dessa natureza.

Foi amplamente divulgado no site do MEC que, dentro do programa "Pró-Infância", o governo federal irá promover a construção de mais 4.943 creches, sendo 198 no estado de Goiás. No programa "Brasil Carinhoso" está prevista a ampliação da oferta de creches e o aumento dos recursos para esse setor. Isto resultará em um aumento da procura de profissionais com formação pedagógica para atuar nesse setor.

Somado a esses fatores, o Campus Morrinhos conta ainda com mais um fator positivo, relacionado ao seu quadro docente. Devido à oferta de cursos técnicos na modalidade integrada, possuímos em nosso quadro atualmente com 10 professores licenciados nas mais diversas áreas do conhecimento os quais compõem o quadro de docentes que poderão atuar no curso de Pedagogia, oferecendo-lhes a possibilidade de atuar no ensino superior e desenvolver pesquisas na área de formação de professores.

Todos esses fatores somados nos fazem acreditar que o Curso de Pedagogia é uma necessidade real em nossa região, necessidade esta que estamos aptos a atender com nossa infraestrutura física e docente atual.

5. OBJETIVOS

A partir do perfil profissional, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia está estruturado do objetivo de formar profissionais:

- legalmente habilitados para o exercício profissional em instituições públicas ou privadas de educação escolar e não escolar, na docência da Educação Infantil, das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e das disciplinas pedagógicas para a formação de professores, na educação especial e na Educação de Jovens e Adultos;
- aptos ao desenvolvimento da pesquisa em educação, na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico;
- atuar na organização de sistemas, unidades, projetos e experiências educativas (planejamento, administração, coordenação, supervisão, inspeção e orientação educacional) do campo educacional em contextos escolares e não escolares;
- capazes de: questionar a realidade, formular problemas e buscar soluções, utilizando-se do pensamento lógico, da criatividade e da análise crítica; compreender a sua atuação profissional como o exercício de cidadania consciente e crítica;
- compreender, de forma ampla e consciente, o processo educativo, considerando as características das diferentes realidades e níveis de especialidades em que se processam.
- estabelecer e vivenciar processos de teoria e prática, de ação-reflexão-ação ao longo do Curso, tomando a prática educativa como objeto de reflexão, de modo a criar soluções apropriadas aos desafios específicos que enfrenta;
- desenvolver e avaliar projetos políticos pedagógicos, de ensino e de aprendizagem, estimulando ações coletivas na escola, de modo a caracterizar nova concepção de trabalho educativo;
- desenvolver metodologias e projetos de ensino e de gestão educacional, tendo por fundamento a abordagem interdisciplinar, a gestão democrática e o trabalho coletivo.

6. PERFIL DO EGRESSO

Na perspectiva que se coloca o presente projeto pedagógico, os atributos profissionais desejados colocam-se na direção da formação de valores culturais, sociais e éticos explicitados a partir da crença de que tais características são possíveis de serem construídas por meio da docência, nos âmbitos do ensino, da gestão, da pesquisa e da produção do conhecimento. Consoantes aos princípios filosóficos e pedagógicos do curso destacam-se algumas características do perfil do egresso, almejadas pelo curso de Pedagogia do IF Goiano:

a) **Senso crítico e sensibilidade social:** perceber o processo de exclusão presente na realidade educacional e superar a explicação pela lógica da meritocracia, identificando os prejuízos sociais provocados por essa realidade.

b) **Consciência histórica:** relacionar a orientação temporal do ser humano e distinguir senso comum das exigências práticas baseadas exclusivamente em sentimentos de identidade.

c) **Autonomia intelectual:** investigar, refletir, produzir conhecimento, gerir e ensinar tanto no âmbito escolar como em espaços não-escolares.

d) **Domínio dos conhecimentos, habilidades e técnicas pedagógicas:** aprender de forma autônoma e contínua, realizando o movimento de articulação entre a teoria e a prática;

e) **Docência:** articular os conhecimentos teóricos e a prática pedagógica no exercício da docência na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

f) **Capacidade de trabalho interdisciplinar:** atuar inter/multi/transdisciplinarmente, trabalhando em equipes interdisciplinares;

O objeto de trabalho do Pedagogo formado pelo *campus* Morrinhos está em consonância com a Resolução CNE/CP nº 02/2015 para os cursos de licenciatura, que prevê a atuação na gestão, acompanhamento, execução e avaliação de instituições e políticas para a educação básica assim como, em seu cap. III, art. 8, preconiza como aptidões do egresso dos cursos de licenciatura:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos; XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

7. PERFIL PEDAGÓGICO DO CURSO

A organização curricular proposta entende que a formação profissional deva estar vinculada às demandas próprias do ensino escolarizado com todas as suas características e dificuldades. Ela tem por objetivo realizar uma formação para um profissional capaz de desempenhar a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e EJA, bem como um profissional capaz de compreender e atuar em unidades escolares, exercendo funções ou desenvolvendo atividades próprias da coordenação de áreas, temas ou projetos; gestão e planejamento de ações, projetos ou atividades e realizando orientação de alunos com vistas ao seu desenvolvimento e aproveitamento escolares.

Na atualidade, os professores enfrentam o desafio e a responsabilidade de planejar e desenvolver ações diferenciadas que estejam vinculadas à situação específica na qual atua, envolvendo-se com o grupo de professores ao qual pertence, com a comunidade de origem de seus alunos e ainda, adequando-se criticamente às diretrizes emanadas dos órgãos educacionais superiores.

Os conteúdos curriculares da formação do pedagogo devem, portanto, estar organizados de modo a possibilitar a aquisição e o domínio de referenciais teóricos que possam ser mobilizados em situações específicas, transformando-se em guias para iniciativas e ações que levem à obtenção dos resultados pretendidos. Entende-se que as disciplinas que caracterizam a formação do pedagogo devem contemplar elementos de sólida fundamentação teórica, essencial ao exercício da profissão, preparando um licenciado com desenvolvimento intelectual que inclua dimensões históricas, filosóficas, psicológicas, políticas, sociológicas e didático-pedagógicas.

Tais disciplinas e/ou conteúdos devem ir além da transmissão de conhecimentos e informações específicas, circunscritas aos seus campos originais de conhecimento; devem estar diretamente articuladas aos desafios das rápidas transformações da sociedade e das condições de exercício profissional no campo educacional. O pressuposto para esta proposição é a complexidade que o trabalho docente adquiriu no sistema escolar contemporâneo. Exige-se do professor a responsabilidade pela elaboração de suas ações e em decorrência, a capacitação sobre elementos determinantes de seu trabalho que não se esgotam na transmissão de conhecimentos e na docência. Exige-se que saiba articular conhecimentos sobre problemas específicos dos alunos e suas aspirações, sobre o trabalho coletivo a ser desenvolvido com seus pares e sobre o desencadeamento de ações que envolvem toda a unidade escolar por um longo período de tempo. Em síntese, pretende-se que o conhecimento, anteriormente limitado às habilitações específicas e segmentado em funções técnicas, seja incorporado à formação de todo pedagogo, de modo a prepará-lo para os desafios próprios das unidades escolares e mesmo para o prosseguimento na carreira docente, ocupando funções de gestão e avaliação do ensino.

A formação inicial do professor deve atender às necessidades sociais de aquisição da leitura, escrita e conhecimentos gerais que serão a base das aquisições posteriores e também da participação

ativa e consciente na sociedade. O grande desafio que se apresenta é fazer com que os anos de escolarização inicial impliquem em uma aprendizagem de qualidade e relação significativa com o conhecimento. Portanto, a formação inicial dos professores deve responder à essa demanda com responsabilidade e qualidade.

Na organização curricular proposta, o conteúdo, caracterizado prioritariamente como conceitual e teórico que tem origem em diferentes áreas do conhecimento já estabelecidas, deve ser mobilizado para a busca constante da compreensão de situações educativas específicas, isto é, dos desafios cotidianos próprios da situação de ensinar e aprender, possibilitando que o futuro profissional possa transformar seu conhecimento em instrumento a serviço da aprendizagem dos alunos e de seu próprio avanço e autonomia.

Além dos conteúdos que permitem a compreensão da educação como um complexo processo, envolvendo múltiplos agentes e determinações, o futuro pedagogo deverá ter conhecimentos próprios ao ensino dos anos iniciais do Ensino Fundamental, da Educação Infantil e EJA, que lhe permitam propor programas, projetos e atividades específicas de cada uma das áreas de conhecimento já estabelecidas e determinadas legalmente, com vistas a garantir aos alunos uma base sólida e homogênea de conhecimentos matizada pelos contextos particulares e específicos de sua atuação.

De acordo com a disponibilidade do curso e com a deliberação do colegiado, após o reconhecimento, 20% da carga horária do curso poderá ser ministrada na modalidade à distância (EAD).

Além das disciplinas optativas oferecidas pelo curso, o aluno terá a possibilidade de cursar disciplinas de núcleo livre com carga horária igual ou superior àquelas ofertadas pelo curso de Pedagogia, em outros cursos ou instituições, desde que devidamente aprovado pelo colegiado do curso.

Entende-se que tal formação para a docência deve possibilitar uma reflexão aprofundada sobre a produção do conhecimento científico em suas diferentes modalidades e, acima de tudo, deverá proporcionar ao futuro professor condições de experimentação e ensaio sobre "como ensinar", isto é, como transformar objetos de conhecimento em objetos de ensino, transpostos em atividades sequenciadas e exercícios passíveis de avaliação. Dadas as características desse nível de atuação profissional, qual seja, notadamente multidisciplinar, a articulação e o planejamento das atividades e ações devem constituir-se em elemento formativo decisivo para o qual concorrem tanto a formação geral adquirida quanto a formação específica e o domínio do conteúdo a ser ensinado.

Ao lado do conhecimento conceitual e teórico, mas não separado ou desarticulado dele, a formação do pedagogo deve contemplar também conhecimento de tipo experiencial. O Curso de Pedagogia, proporcionando formação inicial de professores e profissionais da educação deve contemplar na formação dos alunos situações características ao exercício efetivo da profissão,

adotando diferentes modos de realizar tal intento. Considerando a prática como uma dimensão importante do conhecimento, pretende-se articular a reflexão e o exercício da atividade profissional investigativa baseada em situações-problema, no desenvolvimento de projetos específicos, em simulações didáticas e na dimensão formadora da pesquisa científica. Entende-se que esta articulação não pode prescindir da realidade escolar tal como se apresenta nas unidades escolares mas, ao mesmo tempo, deve-se propiciar oportunidade para o exercício de situações criativas e inovadoras, fazendo uso de laboratórios didáticos, acervo especializado e participação em projetos de iniciação à docência (PIBID) e iniciação científica (PIBIC).

A fim de realizar as diretrizes apresentadas no item anterior, o curso foi estruturado com um rol de disciplinas obrigatórias que devem ser cumpridas pelo aluno a fim de garantir uma formação geral que assegure a aquisição dos conhecimentos necessários ao exercício da profissão. Os primeiros semestres do curso apresentam prioritariamente disciplinas vinculadas à área de fundamentos da educação, com o objetivo de oferecer aos alunos ingressantes as bases teóricas necessárias para a compreensão crítica da realidade educacional, escolar e da profissão docente. A partir do terceiro período do curso, são oferecidas disciplinas relacionadas à metodologia de ensino nas diversas áreas de atuação do pedagogo, assim como Alfabetização, Educação Infantil e EJA, disciplinas essenciais para o perfil do profissional em formação. A partir do quinto período, inicia-se o estágio supervisionado, momento de fortalecimento da formação do aluno, principalmente por sua natureza de vivência real do cotidiano escolar e de articulação dos conhecimentos adquiridos no curso com a prática efetiva do magistério.

Tabela 4 - Núcleos de Formação

Núcleo de Formação Específica	Núcleo de Formação Pedagógica	Núcleo de Formação acadêmico-científico-cultural
História da Educação I e II	Estágio - creche; pré-escola, séries iniciais (I e II), EJA e Gestão Escolar	Atividades acadêmicas complementares
Sociologia da Educação I e II	Didática: teoria pedagógica	
Psicologia da Educação I, II e III	Didática e formação de professores	
Políticas Públicas na Ed. Bras.	Fundamentos do ens. de Língua Portuguesa I e II	
Avaliação Educacional	Metodologia da Pesquisa Científica	
Educação Infantil I e II	Fundamentos do Ens. Matemática I e II	
Filosofia da Educação I e II	Fund. e Met. de Ciências Humanas I e II	
Arte e Educação I e II	Metodologia do ens. de Matemática I e II	
Alfabetização: teoria e prática I e II	Fund. e met. de Ciências Naturais I e II	
Fundamentos e	Metodologia do ens.	

Metodologia da EJA	de Língua Portuguesa I e II	
Estatística aplicada à Educação	Jogos, brinquedos e brincadeiras	
Crescimento e desenvolvimento motor	Literatura Infantil	
Epistemologia e educação	Escola e currículo	
Educação e antropologia cultural	Libras	
Gestão e organização do trabalho pedagógico	Educação, comunicação e mídias	
Educação Especial		
Educação no campo		

Importa destacar ainda a compreensão interdisciplinar e integradora do curso que, por meio do desenvolvimento de projetos temáticos que contemplem as diretrizes e referenciais curriculares nacionais, tem como objetivo desenvolver a consciência interdisciplinar e a capacidade de trabalhar de forma coletiva temas e atividades capazes de problematizar a sociedade e o momento histórico em que todos os agentes escolares encontram-se envolvidos.

Dessa forma, o Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia do IF Goiano - *campus* Morrinhos assume como pressupostos e princípios fundamentais:

a) **Docência:** concebida como ato educativo institucional e processo complexo, histórico e culturalmente situado. Não se reduz ao ato de ministrar aulas, sendo compreendida para além de sua dimensão meramente técnica, utilitária, instrumental. Essa concepção de docência exige do pedagogo a capacidade de compreender de forma crítica e criativa os processos sociais, culturais, políticos e econômicos que permeiam e definem a educação, a escola, o aluno, o processo de ensino aprendizagem, enfim, os processos formativos que ocorrem na sociedade;

b) **Formação:** atuação profissional para trabalhar no ensino, no planejamento, na administração, na coordenação, na supervisão, na inspeção e na orientação educacional de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, rompendo-se com os modelos fragmentados de formação, centrados em habilitações profissionais. Buscar-se-á romper com modelos de formação que se definem a partir da dicotomia entre conteúdo e forma, entre saber didático e saber específico, entre bacharelado e licenciatura; formação teórica e interdisciplinar, sobre o fenômeno educativo, de modo a possibilitar ao graduando, por um lado, compreender as bases históricas, políticas, sociais e culturais de seu campo de formação e atuação e, por outro lado, apropriar-se do processo de trabalho pedagógico a partir de uma análise crítica da sociedade e da realidade educacional brasileira, visando a uma atuação consciente nessa realidade;

c) **Compromisso social, ético e político:** formação de um profissional historicamente situado, que deverá estar preparado para compreender e agir na sociedade em que se situa; um

profissional capaz de fazer uma análise política da educação e das lutas históricas dos educadores, articulando-as com movimentos sociais mais amplos;

d) **Articulação entre teoria e prática:** compreensão de que a unidade teoria e prática ocorre numa abordagem da relação de interdependência e de mútua determinação entre ambas. A teoria, com efeito, é reelaborada a partir da prática, sendo que a validade da teoria é verificada pela própria prática;

e) **Pesquisa:** princípio formativo e epistemológico eixo da organização do currículo e que demarca a discussão sobre as contribuições das várias modalidades de pesquisa na prática de um professor/pedagogo e de como é possível trabalhar ou fortalecer tais modalidades de investigação durante todo o período da graduação a partir da articulação entre ensino-pesquisa-extensão;

f) **Flexibilidade curricular:** compreendida como a capacidade e possibilidade do currículo dialogar com os limites e os novos campos de saberes, de modo a fazer frente às demandas da sociedade quanto à educação, em especial a educação desenvolvida nas escolas públicas;

g) **Atualização:** articulação entre a formação inicial e a formação continuada do profissional da educação e da avaliação permanente dos processos de formação.

8. AVALIAÇÃO

- Com o objetivo de acompanhar a qualidade do curso e o desenvolvimento dos discentes, o curso de Pedagogia cumpre os mecanismos de avaliação previstos no Capítulo XII, Arts. 113 e 114 do Regulamento dos cursos de graduação do Instituto Federal Goiano onde lê-se:

Art. 113. A avaliação do rendimento dar-se-á por meio da aplicação de, no mínimo, dois instrumentos de avaliação preestabelecidos no plano de ensino.

§1º As notas deverão ser expressas, numa escala de zero (0) a dez (10) pontos, com uma casa decimal.

§2º As notas obtidas deverão ser encaminhadas à Coordenação de Registros Acadêmicos nas datas estabelecidas no calendário acadêmico.

§3º A forma de avaliação do estágio, atividades complementares e trabalho de curso será estabelecido no PPC.

Art. 114. O estudante tem direito a vista da avaliação em sala de aula após a correção da mesma.

- O plano de avaliação é parte integrante do Plano de Ensino e deve ser apresentado, pelo professor, ao Colegiado de Curso, para aprovação, após discussão com a turma, até 30(trinta) dias após o início do ano letivo.

- Com o objetivo de acompanhar o processo de implantação e de desenvolvimento do curso, os dados coletados pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), devem ser regularmente analisados.

- Articulada à avaliação realizada pela CPA, é de responsabilidade do NDE e do Colegiado do Curso desenvolverem, em parceria com a coordenação e direção de ensino, desenvolverem ferramentas de avaliação das múltiplas dimensões do curso, analisar os resultados e proceder os encaminhamentos necessários para o seu constante aprimoramento.

9. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Regulamento de Estágio Supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia do IF Goiano - *Campus Morrinhos* (Apêndice 1) foi elaborado a partir de minucioso estudo sobre o que prevê a legislação e as diretrizes para os cursos de Licenciatura, especialmente para a Pedagogia, assim como o regulamento dos cursos de graduação do Instituto Federal Goiano.

Organiza-se de forma a promover a articulação teórico-prática entre os conhecimentos experienciados no curso e a realidade das escolas de Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e EJA do município onde o curso é oferecido.

Nesse sentido, a estrutura do estágio supervisionado encontra-se dividido em cinco fases em que as atividades são desenvolvidas de forma articulada aos conhecimentos adquiridos nas disciplinas de *Prática de ensino* correspondentes à cada fase. Suas fases são:

- 30 horas no Estágio em Educação Infantil - Creche (faixa etária de zero a três anos)
- 30 horas no Estágio em Educação Infantil - Pré-escola (faixa etária de quatro a cinco anos)

- 30 horas no Estágio nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental - 1º Ciclo (1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental)
- 30 horas no Estágio nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental - 2º Ciclo (4º e 5º anos do Ensino Fundamental)
- 30 horas no Estágio na Educação de Jovens e Adultos (séries iniciais e/ou alfabetização)
- 30 horas no Estágio de Gestão Escolar

10. TRABALHO DE CURSO

O Curso de Pedagogia tem na matriz curricular o Trabalho de Curso (TC). A elaboração da monografia como trabalho de curso é obrigatória e deve ocorrer tendo como base os conhecimentos adquiridos durante o curso, atividades desenvolvidas nos projetos de Iniciação à docência, iniciação científica, estágio supervisionado, assim como aquelas realizadas nos laboratórios de ensino.

O Trabalho de Curso tem por finalidade criar condições que introduzam o graduando da Pedagogia na iniciação à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com vistas à formação do professor/pesquisador, a fim de atuar na Educação Infantil e Ensino Fundamental, considerando o planejamento, o desenvolvimento, a organização e a redação do trabalho segundo padrões científicos. Seus objetivos, princípios norteadores e diretrizes do Trabalho de Curso são estabelecidos em regulamento próprio (Apêndice 2).

11. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são atividades credenciadas pelo NDE e Colegiado do Curso que objetivam a complementação da formação científica, cultural e profissional do estudante de Pedagogia. Visam promover o relacionamento do estudante com a realidade social, econômica e cultural, e de iniciação à pesquisa, ensino e extensão. De ocorrência difusa e flexível, as Atividades Complementares no Curso de Pedagogia envolvem tanto a participação dos estudantes em eventos variados ao longo do Curso ó internos e externos à instituição - quanto na organização e promoção de eventos de natureza variada a públicos diversos, sendo o trabalho e envolvimento comunitário reconhecido como atividade formativa.

A flexibilidade característica dessa parte do currículo é também reconhecida como importante aprendizado de autogestão da formação e de liberdade quanto aos percursos formativos. A participação em grupos de estudos, iniciação científica, monitorias, desenvolvimento de estudos e

pesquisas inspiram percursos de aprendizagem complementares. O regulamento das Atividades Complementares (Apêndice 3) prevê uma quantidade de horas máxima a ser creditada aos diferentes tipos de atividades previstas, com o objetivo de estimular vivências variadas e o reconhecimento do papel formativo das diferentes modalidades previstas.

12. MATRIZ CURRICULAR

MATRIZ CURRICULAR - Turma 2015							
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS							
1º SEMESTRE		Nº A	CH.A	CH. R	CP	CE	PRÉ-REQ
HIS1	História da Educação I	2	44	40			
SOC 1	Sociologia da Educação I	4	88	80			
PSI1	Psicologia da Educação I	2	44	40	10		
DID1	Didática: teoria pedagógica	2	44	40			
PEB	Políticas Públicas na educação Brasileira	2	44	40			
FLP1	Fundamentos do ens. de Língua Portuguesa nos anos Iniciais do Ensino Fundamental - I	4	88	80			
CARGA HORÁRIA TOTAL		16	352	320	10		
2º SEMESTRE		Nº Aulas	CH aula	CH. R	CP	CE	PRÉ-REQ
HIS2	História da Educação II	2	44	40			
SOC 2	Sociologia da Educação II	4	88	80			SOC1
PSI2	Psicologia da Educação II	2	44	40			
DIDF	Didática e formação de professores	2	44	40	10		
MPC	Metodologia de Pesquisa Científica	2	44	40			
FMA T1	Fundamentos do ensino de Matemática nos anos Iniciais do Ensino Fundamental - I	4	88	80			
FLP2	Fundamentos do ens. de Língua Portuguesa nos anos Iniciais do Ensino Fundamental - II	4	88	80			FLP1
CARGA HORÁRIA TOTAL		20	440	400	10		
3º SEMESTRE		Nº Aulas	CH/a	CH/ R	CP	CE	PRÉ-REQ
AVA	Avaliação Educacional	2	44	40	10		
EDI1	Educação Infantil I	4	88	80	10		
FILO 1	Filosofia da Educação I	2	44	40			
PSI3	Psicologia da Educação III	2	44	40			
FMA T2	Fundamentos do ensino de Matemática nos anos Iniciais do Ensino Fundamental - II	4	88	80			FMA T1
MCH 1	Fundamentos e Metodologia de Ciências Humanas nos anos iniciais do Ensino Fundamental - I	4	88	80	20		
CARGA HORÁRIA TOTAL		18	396	360	40		
4º SEMESTRE		Nº Aulas	CH/a	CH/ R	CP	CE	PRÉ-REQ
ART 1	Arte e Educação I	2	44	40	10		
ALF1	Alfabetização: Teoria e Prática I	4	88	80	20		
EDI2	Educação Infantil II	4	88	80	10		
EJA	Fundamentos e Metodologias da EJA	2	44	40	10		
FILO 2	Filosofia da Educação II	2	44				FILO 1
EST	Estatística aplicada à Educação	2	44	40			
MCH 2	Fundamentos e Metodologia de Ciências Humanas nos anos Iniciais do Ensino Fundamental - II	4	88	80	20		
CARGA HORÁRIA TOTAL		20	440	360	70		

5º SEMESTRE		Nº Aulas	CH/a	CH/R	CP	CE	PRÉ-REQ
ART2	Arte e Educação II	2	44	40	10		ART 1
CDM	Crescimento e desenvolvimento psicomotor	2	44	40	10		
EMAT1	Metodologia de Ensino Matemática nos anos iniciais Ensino Fundamental - I	4	88	80	30		FMA T2
MCN 1	Fundamentos e Metodologia de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental - I	2	44	40	10		
MLP 1	Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa nos anos Iniciais do Ensino Fundamental - I	4	88	80	30		FLP2
ALF2	Alfabetização: Teoria e Prática II	4	88	80	30		ALF1
PRT C	Prática de Ensino - Creche	1	22	20	20		
EST C	Estágio em Educação Infantil -Creche					70	
CARGA HORÁRIA TOTAL		19	418	380	140	70	
6º SEMESTRE		Nº Aulas	CH/a	CH/R	CP	CE	PRÉ-REQ
EMAT 2	Metodologia do Ensino de Matemática no anos iniciais do Ensino Fundamental - II	4	88	80	30		EMAT 1
MCN 2	Fundamentos e Metodologia do ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental - II	2	44	40	10		
MLP 2	Metodologia de ensino de Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fund - II	4	88	80	30		MLP 1
EPIS	Epistemologia e Educação	2	44	40			
PRTP	Prática Ensino - Pré-Escola	1	22	20	20		
ESTP	Estágio em Educação Infantil - Pré-Escola					70	EST1
CARGA HORÁRIA TOTAL		13	286	260	90	70	0
7º SEMESTRE		Nº Aulas	CH/a	CH/R	CP	CE	PRÉ-REQ
TCC	Trabalho de Curso I- TC				40		
ANT R	Educação e Antropologia Cultural	2	44	40			
BRI	Jogos, Brinquedos e Brincadeiras	2	44	40	10		
LIT	Literatura Infantil	4	88	80			
CUR	Escola e Currículo	2	44	40			
OPI1	Optativa I	2	44	40			
PRS1	Prática de Ensino nas Séries Iniciais - 1º ciclo	1	22	20	20		
ESTS1	Estágio nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental - 1º ciclo					70	
PRAT E	Prática Ensino - EJA	1	22	20	20		
ESTE	Estágio em EJA					70	
CARGA HORÁRIA TOTAL		14	308	280	50	140	
8º SEMESTRE		Nº Aulas	CH/a	CH/R	CP	CE	PRÉ-REQ
LIB	Libras	2	44	40			
OPI2	Optativa II	2	44	40			
ECM	Educação, Comunicação e Mídias	2	44	40	10		
OTP	Gestão e organização do trabalho pedagógico	2	44	40			
TCC	Trabalho de Curso 2 - TC				40		
ESP	Educação Especial- Fundamentos e Políticas	2	44	40			
EDC	Educação no campo	2	44	40			

PES2	Prática de Ensino nas Séries Iniciais - 2º ciclo	1	22	20	20		
ESTS2	Estágio nas séries Iniciais do Ensino Fundamental - 2º ciclo					70	
ESTG	Estágio em Gestão Escolar					50	
CARGA HORÁRIA TOTAL		13	286	260	30	120	
	OPTATIVAS	Nº A	CH A	CH R	CP	CE	PRÉ-REQ
AMB	Educação Ambiental	2	44	40			
AFRO	Relações étnico-raciais e educação Afro-brasileira e indígena	2	44	40			
MAT N	Matemática e Numeramento	2	44	40			
HER	História da Educação Regional	2	44	40			
MSE	Medidas socioeducativas: sujeitos e instituições	2	44	40			
EAD	Educação a Distância: Fundamentos e Políticas	2	44	40			
EDS	Educação, Saúde e Sexualidade	2	44	40			
TOTAL DE HORAS - ATIVIDADES FORMATIVAS						2620	
ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS						200	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO						400	
TRABALHO DE CURSO - TC						80	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR						440	
						Total	3300

13. EMENTÁRIO

1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO I

A história como Ciência. Estudo da evolução do processo educacional no decorrer da história: os grupos primitivos, as civilizações orientais, a educação grega, a educação romana e a educação medieval. A invenção da escola como instituição social na Modernidade e as diferentes instâncias promotoras do ensino (Igreja, Sociedade Civil e Estado).

Referência Básica:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006. (p.28 e 29).

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999

GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Editora Ática, 2003. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org/xmlui/handle/7891/2787#page/1/mode/1up> Acessado em 02/02/2014.

PONCE, Aníbal. A Educação na comunidade primitiva. **Educação e luta de classes**. São Paulo. Cortez, 17ª edição, 2000

Referência Complementar:

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981

RIBEIRO, Maria Luísa Santos (1998). **História da Educação Brasileira**. 15ª Ed. (revista e ampliada). Campinas/SP: Editora Autores Associados. 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves and FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2003, vol.23, n.45, pp. 37-70. ISSN 1806-9347.

VEIGA, Cynthia Greive. Universidade, colégios e saberes (século XII a XVIII). **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

2. SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO I

Condições histórico-sociais e intelectuais do surgimento da Sociologia. O objeto e o método dos autores clássicos da Sociologia e suas contribuições para a educação: Durkheim, Marx e Weber. A educação como processo social.

Referência Básica

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2007.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Alinea, 2010.

Referência Complementar

DURKHEIM, Émile. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

GENTILI, P. (org.). **Pedagogia da Exclusão**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

IANNI, Octavio. **A sociologia e o mundo moderno**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

FERNANDES, Florestan. **Nós e o marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

3. PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I

Introdução ao Estudo da Psicologia por meio da discussão sobre os seus fundamentos históricos e epistemológicos. Relação entre Psicologia e Educação. Estudo sobre as abordagens teóricas Behaviorismo e Psicanálise, no que diz respeito às contribuições para a compreensão sobre o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e psicomotor da criança ao adulto, bem como suas implicações no processo ensino-aprendizagem e para a compreensão dos processos educativos.

Referência Básica

BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair, TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FREUD, Sigmund. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. Sobre a psicologia escolar. (1914 - v. 13)

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

Referência Complementar

GOULART, Iris Barbosa. **Psicologia da Educação: Fundamentos Teóricos, Aplicações à Prática Pedagógica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FIGUEIREDO, Luis Cláudio M.; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro. **Psicologia: uma (nova) introdução**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2004.

PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. **Psicologia da Aprendizagem: da teoria do condicionamento ao construtivismo**. São Paulo: Contexto, 2013.

4. DIDÁTICA: TEORIA PEDAGÓGICA

Conceito e fundamentos históricos e filosóficos de didática e sua relação com a teoria. Concepções de educação e teorias pedagógicas. As características da instituição escolar no contexto socioeconômico cultural brasileiro. As diferentes formas de ensino como planos de organização e processos de interação. Identificação e análise de estratégias de ensino, da natureza dos conteúdos e das formas de avaliação em consonância com as características da clientela escolar.

Referência básica

FAZENDA, Ivani (org.). **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1993.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do Currículo por Projetos de Trabalho**. Porto Alegre: ArtMed, 1.998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (coord). **Repensando a didática**. Campinas: Papirus, 1989.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo, Cortez. .1993

Referência Complementar

CANDAU, Vera M. Da Didática fundamental ao fundamental da didática. In: ANDRÉ, Marli e OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales (orgs.). **Alternativas no ensino da Didática**. São Paulo: Papirus, 1997.

_____. (org.). **A Didática em questão**. Rio de Janeiro: vozes, 1996.

COMÊNIO, José Amós. **Didáctica Magna**. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

MASETTO, Marcos T. **Didática: a aula como centro**. São Paulo: FTD, 1997.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação no contexto das transformações da sociedade contemporânea; a relação Estado e políticas educacionais; as políticas, estrutura e organização da educação escolar no Brasil a partir da década de 1990; a regulamentação do sistema educacional e da educação básica; as políticas educacionais em debate. Planos específicos de educação no Brasil. Programas e projetos educacionais no estado de Goiás. Lei complementar nº 26 e Diretrizes e Bases do sistema educacional do Estado de Goiás.

Referência básica

AZEVEDO, Janete, M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BIANCHETTI, Roberto. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. Campinas: Autores Associados, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira e TOSCHI, MirzaSeabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

Referência Complementar

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. Goiânia: Editora UFG. Autêntica, 2011. PORTELA, Romualdo (Org.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2007.

6. FUNDAMENTOS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS ANOS

INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A formação da Língua Portuguesa. Teorias linguísticas que subsidiam o processo de ensino e aprendizagem da língua materna na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Variação linguística. Tipos e ensino da gramática (na visão tradicional e em novas perspectivas). Atitudes e preconceitos linguísticos. Elementos estruturais da Língua Portuguesa.

Referências básicas:

GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Lingüístico: o que é como se faz**. 52. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

Referências Complementares:

DIDIO, Lucie. **Leitura e produção de textos: comunicar melhor, pensar melhor, ler melhor, escrever melhor**. São Paulo: Atlas, 2013.

FIORIN, José Luiz. **Introdução à Linguística: I. Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2004.

GROLLA, Elaine; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. **Para conhecer aquisição da linguagem**. SP: Contexto, 2014.

7. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO II

A Educação na América Portuguesa: *Ratio Studiorum*. Origens da educação pública. A educação popular. Reformas educacionais: relação público/privado; relação centralização/descentralização; formação e profissionalização de professores. Pensamento pedagógico brasileiro. Modernização e escolarização no Brasil: grupos escolares, escola nova, tecnicismo e formação da cidadania. História da educação em Goiás.

Referência Básica:

ARAUJO, José Carlos de Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs). **As escolas normais no Brasil** ó Do Império à Republica. Alínea

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

Referência Complementar:

ALVES, Mirian Fabian. **Política e escolarização em Goiás**: Morrinhos na Primeira República. 209 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em Educação, Ufmg, Belo Horizonte, 2007.

NÓVOA, António (2004) Entrevista. Centro de Referência em Educação Mário Covas. http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ent_a.php?t=012 (Acessado em 19/10/2004)

VEIGA, Cynthia Greive. Universidade, colégios e saberes (século XII a XVIII). **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

MACHADO, Maria Margarida; SANTOS, Jocyléia Santana dos (Orgs). **Percursos Históricos da Educação no Cerrado**. Campinas SP: Mercado de Letras, 2012.

8. SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO II

Educação e teoria da prática em Bourdieu. A compreensão sociológica da educação no Brasil. Os conceitos de representação e de poder, de identidade e de diferença. A Sociologia da Infância e a criança como produtora de saberes e conhecimentos.

Referência básica

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A Reprodução**. São Paulo: Vozes, 2008.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

RESENDE, Selmo Haroldo. **Michel Foucault - O governo da Infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

Referência Complementar

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. São Paulo: Vozes, 2006.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. São Paulo: Pré-textos, 1999.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

9. PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II

Estudo sobre a Psicologia Genética de Piaget, a Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski e a Teoria Psicogenética de H. Wallon, no que diz respeito à compreensão da relação entre aprendizagem e desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e psicomotor, da criança ao adulto. Implicações das três abordagens para a compreensão sobre o processo ensino-aprendizagem.

Referência Básica

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon**: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis: Vozes, 2002.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

VIGOTSKI, Levy S. **A formação Social da Mente**. Martins Fontes: São Paulo, 2007.

Referência Complementar

GOULART, Iris Barbosa. **Piaget**: experiências básicas para a utilização pelo professor. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LATAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: Teorias Psicogenéticas em Discussão. São Paulo: Summus, 1992.

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

10. DIDÁTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As contribuições da Pedagogia, da Didática e da pesquisa para a formação de professores ó concepções pedagógicas; sentido social da profissão professor; a organização do trabalho docente ó tendo em vista a formação e atuação profissional dos alunos do curso de Pedagogia.

Referência Básica:

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e auto imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NÓVOA, António (Org.). **Vidas de Professores**. Trad. Maria dos Anjos Caseiro, Manuel Figueiro Ferreira. 2ª Ed. Porto, Portugal: Porto Editora, 2013.

Referência Complementar:

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

11. METODOLOGIA CIENTÍFICA

Conhecimento e Ciência. Modalidades de leitura e documentação. Pesquisa Científica: etapas, modalidade, coleta e análise de dados. A pluralidade do método científico. Formatação de trabalhos acadêmicos (NBR 14724). A citação. (NBR 10520). Referências. (NBR 6023). Projeto de pesquisa: planejamento, coleta e análise de dados. Artigo Científico: apresentação gráfica, orientações metodológicas, estrutura. Iniciação à pesquisa em educação.

Referências Básicas:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2001.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

Referências Complementares:

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico: explicitação das normas da ABNT**. 17. ed. Porto Alegre: Dactilo Plus, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

12. FUNDAMENTOS DO ENSINO DE MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - I

Visão histórica e epistemológica do conhecimento matemático. Construção da Matemática e sua importância na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; a Matemática no espaço e no tempo: processo histórico e o pensamento filosófico; articulação da Matemática com os diversos campos de conhecimento. Psicologia da educação Matemática. A pesquisa em educação matemática; evolução histórica do ensino da matemática no Brasil. A matemática no currículo e na legislação: os Parâmetros Curriculares Nacionais, os Referenciais para o ensino de matemática, e a Proposta Curricular da Secretaria do Estado de Goiás para o ensino da Matemática nas séries iniciais do ensino fundamental.

Referência Básica

GOMES, M. L. M. **História do ensino da matemática: uma introdução**. 1. ed. Belo Horizonte: CAED-UFMG, 2013. v. 1. 68p.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. GARNICA, Vicente Marafioti. **Filosofia da Educação Matemática**. Belo Horizonte: Autentica, 2003.

FALCÃO, Jorge Tarcísio da Rocha. **Psicologia da Educação Matemática**. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

Referência Complementar

CARRAHER, Terezinha; CARRAHER- ECHLIEMANN, Ana Lúcia. **Na vida dez, na escola zero**. São Paulo: Cortez, 1990.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO / SECRETARIA DO ENSINO

FUNDAMENTAL ó SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, Matemática. Agosto, 1996.

NACARATO, Adair Mendes. MENGALI, Brenda Leme da Silva. PASSOS, Carmem Lúcia Brancaglioni. **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental - Tecendo fios do ensinar e do aprender**. Belo Horizonte: Autentica, 2014.

13. FUNDAMENTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA II

Os gêneros discursivos no processo de aprendizagem da língua materna. As relações textuais e o ensino de língua portuguesa. Letramento e educação infantil. A oralidade e o ensino infantil. O processo de leitura e de produção de textos orais e escritos na escola. A escola e a formação do leitor. O ensino da Língua Portuguesa conforme Parâmetros Oficiais (PCNs, RCNEI e Currículo Referência da Rede Estadual de Educação). A avaliação em Língua Portuguesa. Tópicos estruturais da língua portuguesa.

Referências básicas:

KATO, Mary. **O aprendizado da leitura**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ROIPHE, Alberto; FERNANDEZ, Marcela Afonso. (Orgs.). **Gêneros textuais: teoria e prática** nos anos iniciais do ensino fundamental. Rio de Janeiro: Rovel, 2011. ((Com)textos da educação. Escola e cotidiano, 6).

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

Referências Complementares:

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, 2003.

COELHO, Lígia Martha (Org.). **Língua materna nas séries iniciais do Ensino Fundamental: de concepções e de suas práticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

LEAL, Telma Ferraz; SUASSUNA, Livia (Orgs.). **Ensino de língua portuguesa na educação básica: reflexões sobre o currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. (Língua Portuguesa na escola).

14. AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

A escola como objeto de estudo. A organização do trabalho pedagógico e a avaliação educacional, a partir do tripé conteúdo-forma-avaliação. A função ideológica da escola e dos processos avaliativos. Os vários níveis de avaliação óaprendizagem, institucional e avaliações externas. Novas abordagens para o trabalho pedagógico que permitam visualizar diferentes formas de avaliação, bem como seus critérios e funções.

Referência Básica:

HOFFMAN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora: uma prática em construção - da pré-escola à universidade**. Porto Alegre, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar ó Componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação: concepção dialética- libertadora da avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 2007.

Referência Complementar:

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas**. São Paulo: Moderna, 2003.

PERENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação da aprendizagem - entre duas lógicas**, Artes Médicas, Porto Alegre, 2002.

SANTOANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, 9ª ed., pp. 94-95.

15. EDUCAÇÃO INFANTIL I

Fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos acerca da escolarização da criança com idade entre zero e cinco anos de idade. Abordagens de ensino-aprendizagem. Projeto educativo: concepções de aprendizagem e desenvolvimento infantil; tendências pedagógicas, princípios norteadores e referenciais de propostas curriculares. Reflexões e experiências relativas às múltiplas linguagens e suas propostas metodológicas voltadas à aprendizagem e desenvolvimento infantil no sentido de fundamentar a atuação do profissional de Pedagogia nas diversas modalidades de instituições de educação infantil.

Referências Básica:

ANGOTTI, Maristela. **O trabalho docente na pré-escola**. São Paulo: Pioneira, 1994.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tisuko Morchida; PINAZZA, Mônica Appezzato. (orgs.). **Pedagogia(as) da infância**: dialogando com o passado- construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Referência Complementar:

ARIËS, Philippe. A descoberta da Infância. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BONDIOLI, Anna; MONTOVANI, Susanna. **Manual de educação infantil**: de 0 a 3 anos: uma abordagem reflexiva. 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

KUHLMANN, Junior Moysés Instituições pré-escolares assistencialista no Brasil (1899-1922). In: _____. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

16. FILOSOFIA E EDUCAÇÃO - I

Origem e natureza da Filosofia. A Filosofia Antiga, o problema do ser e sua implicação no processo de formação do homem. A Filosofia Medieval: o problema da fé e da razão no contexto do surgimento das universidades. Princípios e conceitos éticos e políticos na educação da Idade Média.

Referência básica

TOMÁS DE AQUINO. **Sobre o ensino** (De Magistro). Tradução Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Tradução Antonio de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.

JAEGER, W. **Paidéia** ó A formação do homem grego. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

Referência complementar

MARROU, H. **História da Educação na Antigüidade**. São Paulo: EPU, 1990.

PLATÃO. **A República**. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

SANTO AGOSTINHO. **De magistro**. São Paulo: Vozes, 2009.

17. PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO III

Estudo sobre as dificuldades de aprendizagem, as queixas escolares e as possibilidades de intervenção psicológica no cotidiano escolar. Temas especiais em Psicologia da Educação: atrasos maturativos, problemas afetivos e de conduta na sala de aula.

Referência Básica

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A (Orgs.) **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

DOCKRELL, Julie; MCSHANE, John. **Crianças com dificuldades de aprendizagem: Uma abordagem cognitiva**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Ricardo de Castro. **Orientação sexual: possibilidades de mudança na escola**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

Referência Complementar

BOSSA, Nadia. **Dificuldades de Aprendizagem: O que são? Como trata-las?** São Paulo: Artmed, 2004.

FARRELL, Michael; VERONESE, Maria Adriana Veríssimo. **Dislexia e outras dificuldades de aprendizagem específicas: guia do professor**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PAIN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

18. FUNDAMENTOS DO ENSINO DE MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - II

Concepções da matemática, caracterização e o papel da matemática na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. Função social e política da matemática. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Processo de planejamento e de avaliação do ensino: análise do erro. Ação e o processo que a criança realiza na construção dos conceitos matemáticos. A construção do conceito de número. O senso espacial.

Referência Básica

CARRAHER, Terezinha; SCHLIEMANN, Ana Lúcia. **Na vida dez, na escola zero**. São Paulo: Cortez, 1990.

LORENZATO, Sergio. **Educação Infantil e percepção matemática**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

CERQUETTI-ABERKANE, Françoise. BERDONNEAU, Catherine. **O Ensino da Matemática na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

Referência Complementar

KAMII, Constance. **A Criança e O Número: Implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação com escolares de 4 a 6 anos**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

PANIZZA, Mabel. **Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais: análise e propostas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PARRA, Cecília. **Didática da matemática: Reflexões Psicopedagógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1996.

19. FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - I

Concepções do ensino de geografia. Conceito de espaço, território, lugar, região e paisagem. Noções espaciais e o processo de alfabetização cartográfica. As várias escalas de discussão espacial: regional, nacional, internacional. O lugar como possibilidade de análise espacial. Meio ambiente, degradação ambiental e preservação. O livro didático e as linguagens geográficas: mapas, músicas, obras de arte e estudo do meio. Propostas e diretrizes curriculares.

Referência básica:

CASTRO GIOVANNI, Antônio Carlos (Org.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 4 ed.

PONTUSCHKA, NidiaNacib e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2002.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. São Paulo: Annablume, 2004.

Referência Complementar:

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. São Paulo: Contexto, 2004

CARLOS, Ana Fani A. **A geografia da sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

CORRÊA, R.L.; CASTRO, I.; GOMES, P.C.C. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

20. ARTE E EDUCAÇÃO I

Conceito de Arte. Apreciação estética. Potencial criador. A dupla faceta da Arte na Educação: como fator integrante e integrador das demais áreas de saber. O espaço da arte no currículo da educação infantil. Observação e registro do ensino de arte para crianças pequenas. Atividades estimuladoras da potencialidade artística da criança. Conteúdos de arte nos Referenciais Curriculares para Educação Infantil. Análise de propostas de ensino de Arte para Educação Infantil

Referência Básica

BARBOSA, Ana Mae. **Arte/Educação Contemporânea. Consonâncias Internacionais**. São Paulo, Cortez, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. vol 1 e 2. Brasília: MEC/SEF, 1998.

GOMBRICH, Ernst. **A História da Arte**. São Paulo: LTC, 2000.

REZENDE E FUSARI, M.; FERRAZ, M.H. **Metodologia do Ensino da Arte**. São Paulo: Cortez, 1993.

Referência Complementar

MASON, R. **Por Uma Arte-Educação Multicultural**. Campinas: Mercado da Letras Ed., 2001.

PILLAR, A. **A Educação do Olhar no Ensino das Artes**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.

RAMA, Angela.; VERGUEIRO, Waldomiro. (Org.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010.

21. ALFABETIZAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA II

Analisar e refletir sobre o processo de aprendizagem da língua escrita. Estudo da cultura escrita. O processo de construção/aquisição da leitura e da escrita de jovens e adultos e de crianças com deficiência. Análise e produção de materiais didáticos para a Alfabetização.

Referência Básica:

BAJARD, Èlie. **Caminhos da escrita**: espaços de aprendizagem. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

DI PIERRO, Maria Clara (coord.). **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil**: lições da prática. Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001626/162640por.pdf>

FERREIRO, Emília; PALACIO, Margarita Gomes. **Os processos de leitura e escrita**: novas perspectivas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1988

Referência Complementar:

CUNHA, Nylse Helena Silva. **Brinquedo, linguagem e alfabetização**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 44. ed. RJ: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. Alfabetização e letramento tem o mesmo significado. In: **Pátio**. v. 8, nº 34. Porto Alegre, mai/jun 2005.

KLEIN, Lígia Regina. **Alfabetização de jovens e adultos**: questões e proposta para a prática pedagógica na perspectiva histórica. 4. ed. Brasília: Universa, 2003.

22. EDUCAÇÃO INFANTIL II

Introdução às principais temáticas relativas à educação da criança de zero a cinco anos. Análise dos quadros teórico-metodológicos orientadores da ação docente e das múltiplas questões relativas ao ensino e a aprendizagem infantil. Políticas públicas educacionais para a educação infantil. A especificidade da sala de aula: planejamento, currículo, didática e avaliação na creche e pré-escola. As questões relativas à raça, gênero, corpo, diferença e inclusão. Formação do profissional da Educação Infantil.

Referência básica:

CORSINO, Patrícia. **Educação infantil**: cotidiano e Políticas. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação de professores na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2009.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. (orgs.). **A organização do currículo por projetos de trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 61-84.

Referência complementar:

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força**: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CERISARA, Ana Beatriz. **Professoras de educação infantil**: entre o feminino e o profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e educação infantil um olhar sensível e reflexivo**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

23. FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DA EJA

Histórico e legislação em seus aspectos legais, políticos, sociais, culturais e educativos na perspectiva da concepção e identidade da Educação de Jovens e Adultos- EJA. Relação entre as Diretrizes curriculares e contextualização envolvendo a Docência e Prática educativa na sala de aula. Construção de uma proposta curricular fundamentada numa metodologia diversificada e específica de ensino e de avaliação da aprendizagem norteadora e mediadora de um processo de formação integral, educativo e profissional dos alunos da EJA, respeitando a idade, linguagem, subjetividade e desenvolvimento pessoal e processual nessa modalidade de Educação.

Bibliografia Básica

ARROYO, M.G. Educação de jovens ó adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio, GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, L., Nilma. (org). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005; pp 19-50.

DI PIERRO, M. C., GRACIANO, M. **A educação de jovens e adultos no Brasil**. São Paulo : Ação Educativa, 2003.

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA. M. K. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: **Revista Brasileira de Educação**. n. 12, 1999.

RIBEIRO, V. M. M. (coord.). **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular** - 1º segmento. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001. 239p.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/primeirosegmento/propostacurricular.pdf>

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos**: parecer 11. Brasília, 2000.

24. FILOSOFIA E EDUCAÇÃO II

O Iluminismo e as transformações no pensamento e educação no mundo ocidental. A Filosofia Moderna e Contemporânea e suas contribuições para o pensamento educacional no Brasil e no Mundo. O ensino de Filosofia nas séries iniciais.

Referência básica

KANT, I. **Sobre Pedagogia**. Piracicaba: UNIMEP, 1996.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução Roberto Leal Ferreira. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 41. ed. São Paulo: Vozes, 2015.

Referência complementar

CARVALHO, Alexandre Filordi de. **Foucault e a função-educador**. Sujeição e experiências de subjetividades ativas na formação humana. Ijuí: Editora Unijuí, 2010.

DOZOL, M. S. **Da Figura do Mestre**. São Paulo, Edusp, 2003.

LIPMAN, Matthew. **A filosofia vai a escola**. São Paulo: Summus, 1990.

25. ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO

A estatística como instrumento de pesquisa educacional para análises de situações na educação básica. Conhecimento e aplicação do tratamento da informação por meio da leitura, análise, interpretação, aplicação e relações entre porcentagens a estatística básica descritiva, as medidas de posição e tendência central aplicadas na área educacional com base em seus fundamentos, bem como interpretação de gráficos e tabelas.

Bibliografia Básica

FONSECA, J.S. & MARTINS, G.A. **Curso de estatística**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 1996. 320p.

COSTA, Sérgio Francisco. **Estatística aplicada à pesquisa em educação**. Brasília: Plano Editora, 2004.

VIEIRA, Sônia. WADA, Ronaldo. **O que é estatística**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

Bibliografia Complementar

Medeiros, Carlos Augusto de. **Estatística aplicada à educação**. Brasília : Universidade de Brasília, 2007.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 5ªed., Florianópolis: UFSC, 2005. 340p.

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil**. São Paulo: Saraiva, 2002.

26. FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DE CIÊNCIAS HUMANAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II

O desenvolvimento do pensamento histórico. O tempo histórico e o tempo cronológico. Noções sobre permanências e mudanças. Materiais didáticos: livro didático, literatura, filme, música, museu, fotografia e documentos. Patrimônio Histórico, História local e oral. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de História (Anos Iniciais do Ensino Fundamental). Relação com as demais áreas do conhecimento.

Referência básica:

BITTENCOURT, Circe F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

Referência complementar:

BITTENCOURT, Circe F.(Org.). **O Saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

KARNAL, Leandro (org.) **História na sala de aula**. Conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004.

27. ARTE E EDUCAÇÃO II

Dimensões antropológicas, psicológicas, social da arte na educação; princípios pedagógicos decorrentes do pensamento educacional moderno e dos movimentos artísticos contemporâneos aplicados a arte-educação. O espaço da arte no currículo do Ensino Fundamental. Observação e registro do ensino de arte na realidade escolar.. Atividades estimuladoras de potencialidade artística da criança. Análise dos PCNs de arte para o Ensino Fundamental. Tendências e metodologias para a Arte no Ensino Fundamental.

Referência Básica

KIVY, Peter. *Estética: fundamentos e questões de filosofia da arte*. São Paulo: Paulus, 2008.

LEITE, Maria Isabel; OSTETTO, Luciana Esmeralda. *Museu, Educação e Cultura. Encontros de crianças e professores com a arte*. Campinas: Papirus, 2005.

MEIRA, Marly. *Filosofia da criação. Reflexões sobre o sentido do sensível*. Porto Alegre: Mediação, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 130p.

Referência Complementar

COLI, Jorge. **O que é arte?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

COSTA, Cristina. **Questões de arte**. A natureza do belo, da percepção e do prazer estético. São Paulo: Moderna, 1999.

DUARTE JR., João Francisco. **Por que arte-educação?** Campinas: Papirus, 1991 ECO, Umberto. *História da Beleza*. São Paulo: Record, 2007.

28. CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR

Discussão teórico-prática sobre os fundamentos do desenvolvimento psicomotor, a influência do meio como do aparato biológico, a interação entre aprendizagem, desenvolvimento, crescimento e maturação. As formas de aquisição de habilidades psicomotoras e o desenvolvimento psicomotor infantil.

Referência Básica

BEE, Helen. **A criança em desenvolvimento**. Tradução de Maria Adriana Veronese. 7 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PAPALIA, E.; OLDS, S. W. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús (orgs). **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia Evolutiva**. Volume 1. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referência Complementar

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação**. 11 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Gislene de Campos. **Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico**. 4 ed. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

VITOR, da Fonseca. **Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2008.

29. METODOLOGIA DE ENSINO DE MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - I

Propostas de intervenções para o ensino da Matemática na educação infantil e primeira fase do Ensino Fundamental; os eixos conceituais da Matemática: números e operações, grandezas e medidas, espaço e forma, tratamento da informação e sua construção por parte das crianças; Os eixos conceituais no currículos, programas e livros didáticos. O sistema de numeração decimal, e as quatro operações básicas com os números naturais. A importância do cálculo mental e o uso da calculadora. A geometria nas séries iniciais. O ensino da Matemática por meio de projetos.

Bibliografia Básica

BIGODE, Antonio Jose Lopes. FRANT, Janete Bolite. **Matemática: soluções para dez desafios do professor: 1º ao 3º ano do ensino fundamental**. São Paulo: Ática Educadores, 2011.
TOLEDO, Mauro; TOLEDO, Marília. **Didática da matemática**. São Paulo: FTD, 1999
CARVALHO, Dione Lucchesi de. **Metodologia do ensino da matemática**. São Paulo: Cortez, 1994.

Bibliografia Complementar

SMOLE, Kátia Stocco, DINIZ, Maria Inez e CÂNDIDO, Patrícia. **Coleção Matemática de 0 a 6: resolução de problemas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
BROITMAN, Claudia. **As Operações Matemáticas no Ensino Fundamental I: Contribuições para o trabalho em sala de aula**. São Paulo: Ática Educadores, 2011.
REAME, Eliane (et al). **Matemática na Educação Infantil: sequências didáticas e projetos de trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2013.

30. FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS - I

As Ciências Naturais e suas relações com o conhecimento científico. O Ensino de Ciências Naturais na legislação vigente (PCNs, RCNEI e os Currículo referência da rede estadual de educação). Alfabetização científica e princípios éticos da Ciência.

Referência Básica:

CACHAPUZ, Antônio, et al. **A necessária renovação do ensino de ciências**. São Paulo: Cortez, 2005.
DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. **Metodologia do ensino de ciências**. São Paulo: Cortez, 1994.
POZO, Juan Ignacio; CRESPO, Miguel Ángel Gómez. **A Aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Referência Complementar

GROSSO, Alexandre Brandão. **Eureka! Práticas de Ciências para o ensino fundamental**. São Paulo: Cortez, 2010.
BIZZO, Nélito. **Ciências: fácil ou difícil?** 2. ed. Editora Ática, 2002.
BRASIL. **PCN,s em Ciências Naturais**. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasília: MEC/SEF, 1998.

31. METODOLOGIA DO ENSINO DA E LÍNGUA PORTUGUESA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - I

Abordagem teórico-metodológica da Língua Portuguesa nos anos iniciais do ensino fundamental: o ensino de linguagem oral, de leitura e de produção escrita. Reflexões sobre as propostas pedagógicas para o ensino da Língua Portuguesa (PCN, Propostas Pedagógicas -Estadual e Municipal) e suas abordagens didático-metodológicas dos conteúdos de Língua Portuguesa na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental do (I Ciclo). Confeção de materiais didático-pedagógicos e paradidáticos.

Referência Básica

BRITO, Eliana Vianna(org.). **PCNs de Língua Portuguesa: uma prática em sala de aula**. São Paulo: Arte&Ciência, 2003

NASPOLINI, Ana Tereza. **Didática de português: tijolo por tijolo** a leitura e produção escrita. São Paulo: FTD, 1996.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos *et al.* **Metodologia e prática de ensino da língua portuguesa**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984

Referência Complementar

KRAMER, Sônia; OSWALD, Maria Luiza. **Didática da linguagem: ensinar a ensinar ou ler e escrever**. Campinas: Papirus, 2001.

AZEVEDO, Ricardo. Formação de leitores e razões para a leitura. *In*: SOUZA, Renata Junqueira de. (Org.). **Caminhos para a formação do leitor**. São Paulo: DCL, 2004.

DALLA ZEN, Maria Isabel; XAVIER, Maria Luisa M.(orgs.). **Ensino da língua materna: para além da tradição**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

32. ESTÁGIO EM EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE

Compreensão, investigação e análise da realidade da creche. Construção de diagnóstico sobre a realidade do ensino ministrado às crianças de 0 a 3 anos de idade. O plano de aprendizagem e estratégias para a regência na educação infantil (creche). Reflexão sobre a didática específica para os eixos temáticos a serem desenvolvidos com as crianças, bem como a natureza do diálogo entre professor-aluno.

Referência Básica:

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

HOFMANN, Jussara; SILVA, Maria Beatriz Goulart da. **Ação educativa na creche**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 2001.

Referência complementar:

BONDIOLLI, Anna. **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada**. Tradução Fernanda Landuci Ortale e Ilse Paschoal Moreira. Campinas: Autores Associados, 2004.

HORN, Maria da Graça Souza. **Sabores, cores, sons e aromas**. A organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco Smole. **A Matemática na educação infantil: a teoria das Inteligências múltiplas na prática escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

33. PRÁTICA DE ENSINO - CRECHE

Reflexão teórico-metodológica sobre os processos de estudos e de investigação da ação educativa na educação infantil (creche). Teorias e métodos direcionados para a observação, diagnóstico, reflexão do cotidiano escolar e implementação de projetos educativos com e para as crianças de 0 à 03 anos de idade.

Referência Básica:

- OSTETTO, Luciana. Planejamento na educação infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: _____. (Org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil**. 5 ed. Campinas: Papirus, 2000.
- PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ZABALZA, Miguel. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Referência Complementar:

- EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. (orgs.). **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- FREIRE, Madalena. **Observação, registro e reflexão**. 2. ed. Espaço Pedagógico: São Paulo, 1996.
- OSTETTO, Luciana E Educação Infantil: **saberes e fazeres da formação de professores**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

34. ALFABETIZAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA I

Alfabetização. Os processos cognitivos envolvidos no ensino e na aprendizagem da língua escrita. Os métodos de alfabetização e os livros didáticos. A alfabetização nos Parâmetros Nacionais Curriculares.

Referência Básica:

- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa** ó 1º e 2º ciclos. Brasília: 1997.
- FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Referência Complementar:

- BATISTA, A. A. G. (org.). **Instrumentos de alfabetização**. Belo Horizonte: Ceale/FAE/UFMG, 2005.
- FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. São Paulo: Cortez, 1993.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1988.

35. METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - II

Elaboração de Propostas de Ensino utilizando as tendências em Educação Matemática: modelagem, resolução de problemas, ensino de matemática por meio de sua história, jogos e o lúdico, etnomatemática, cenários para investigação e tecnologias. O sistema de numeração decimal, e as quatro operações básicas com os números racionais. Elaboração de propostas metodológicas sobre grandezas e medidas e tratamento da informação. O estudo das figuras e dos corpos geométricos. A etnomatemática, e a matemática dos jovens e adultos. A etnomatemática e o conceito de matemática de diversos grupos culturais.

Bibliografia Básica

- TOLEDO, Mauro; TOLEDO, Marília. **Didática da matemática**. São Paulo: FTD, 1999
- BITTAR, Marilena. FREITAS, José Luiz Magalhães de. **Fundamentos e metodologia de matemática para os ciclos iniciais do ensino fundamental**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.
- BROITMAN, Claudia. ITZCOVICH, Horacio. **O Estudo das Figuras e dos corpos geométricos: atividades para o ensino fundamental I**. São Paulo: Ática, 2011.

Bibliografia Complementar

- SMOLE, K. S. DINIZ, M. I. CÂNDIDO, P. **Jogos de matemática de 1o a 5o ano**. Porto Alegre: Artmed, 2007. (Série Cadernos do Mathema-Ensino Fundamental)
- ARANÃO, Ivana V. D. **A Matemática Através de Jogos e brincadeiras**. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- FONSECA, Maria da Conceição. (et al). **O Ensino de Geometria na Escola Fundamental: três questões para a formação do professor dos ciclos iniciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

36. FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS - II

Os quatro eixos temáticos do ensino de ciências: Meio Ambiente, Ser humano e Saúde, Terra e Universo e Recursos tecnológicos. Análise do livro didático e suas propostas curriculares. Avaliação e produção de material didático. Desenvolvimento de competências e habilidades para o ensino de Ciências Naturais. Ensino lúdico. Temas transversais.

Bibliografia básica:

- DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MORAIS, Marta Bouissou e Andrade, Maria Hilda de Paiva. **Ciências: ensinar e aprender**. Belo Horizonte: Dimensão, 2010.
- KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. **Ensino de ciências e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

Bibliografia Complementar

- DIAS MATOS, Deborah; DIAS MATOS, Juliana. **Aprendendo na Prática - Ensino de Ciências Para Crianças Por Meio de Jogos e Atividades**. Porto de Idéias, 2012.
- CAMPOS, M. C. C. **Didática de ciências: o ensino-aprendizagem como investigação**. São Paulo: FTD, 1999.
- TRIVELATO, Silvia Frateschi. **Ensino de Ciências**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

37. METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - II

Abordagem teórico-metodológica da Língua Portuguesa nos anos iniciais do ensino fundamental: o ensino de linguagem oral, de leitura e de produção escrita. Reflexões sobre as propostas pedagógicas para o ensino da Língua Portuguesa (PCN, Propostas Pedagógicas -Estadual e Municipal) e suas abordagens didático-metodológicas dos conteúdos de Língua Portuguesa nas séries iniciais do Ensino Fundamental (II Ciclo). Projetos de ensino de língua portuguesa para a escola. Discurso, docência e pesquisa. Reflexões sobre prática de conteúdos e paradigmas curriculares na EJA. Diretrizes e projetos, em língua portuguesa, para a escola. Confeção de materiais didático-pedagógicos e paradidáticos.

Referência Básica

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

DIONISIO, Ângela P. e BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **O livro didático de Português. Múltiplos olhares**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1989. (EJA)

SUASSUNA, L. **Ensino de Língua Portuguesa: uma Abordagem Pragmática**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

Referência Complementar

BRAGA, C. M. C; GUIMARÃES, G. **O professor de Língua Portuguesa e sua atuação na prática pedagógica da educação básica de jovens e adultos**. V. 02

BRANDÃO, Helena Naganime. (Coord.). **Gêneros do Discurso na Escola: mito, cordel, discurso político, divulgação científica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/ SEF, 1088.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática**. Capinas: Mercado de Letras, 1996.

38. EPISTEMOLOGIA E EDUCAÇÃO

O que é episteme. A natureza histórico-social do conhecimento. A epistemologia e a produção da conhecimento ao longo da história. Relação entre verdade e poder. A crise dos paradigmas epistemológicos, o problema do conhecimento e a educação formal nos dias atuais.

Referência Básica

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

KOYRÉ, Alexandre. **Estudos de história do pensamento científico**. 3. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2011.

MORIN, Edgar. **O método I - a natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

PORTOCARRERO, Vera. (Org.) **Filosofia, História e Sociologia das Ciências** ó Abordagens Contemporâneas. Rio de Janeiro. Fiocruz. 2014. (download livre no sciELO livros)

Referência complementar

DETIENNE, Marcel. **Mestres da verdade na Grécia Arcaica**. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

SANTOS, Boaventura Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 2010.

HESSSEN, Johannes. **Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

39. PRÁTICA DE ENSINO - PRÉ-ESCOLA

Teorias, métodos e estratégias que subsidiam a formação e a ação docente na pré-escola. O Projeto Pedagógico e suas implicações no espaço-tempo da instituição concedente. Os processos e relações de aprendizagens. Ações e projetos educativos desenvolvidos com crianças na faixa etária de 4 e 5 anos em instituições de educação infantil.

Referência Básica:

OSTETTO, Luciana. **Encontros e encantamentos na educação infantil**. 5 ed. Campinas: Papirus, 2000.

SPODEK, Bernard; SARACHO, Olívia N. **Ensinando crianças de três a oito anos**. Tradução: Cláudia Oliveira Dornelles. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BARBOSA, Maria Carmen ; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

Referência Complementar:

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CRAIDY, Carmen.; KAERCHER, Gládis. E. (org.). **Educação Infantil: pra que te quero?** São Paulo: Artmed, 2001.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco Smole. **A Matemática na educação infantil: a teoria das Inteligências múltiplas na prática escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

40. ESTÁGIO EM EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA

Compreensão da organização do cotidiano da pré-escola, bem como as estratégias metodológicas e indicadores para a ação pedagógica nesse contexto educativo. Construção de diagnóstico sobre a realidade do ensino desenvolvido com as crianças de 4 e 5 anos de idade. Os instrumentos da prática pedagógica: planejamento, documentação (observação e registro). Definição compartilhada dos projetos de estágio e intervenção a partir da experiência de observação e análise das relações educativas identificadas junto às unidades de Educação Infantil (pré-escola).

Referência Básica:

ANJOS. Cleriston Izidro dos Anjos. **Estágio na licenciatura em Pedagogia: arte na educação infantil**. Petrópolis: Vozes, 2012.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. (orgs.). **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008

REDIN, Marita Martins et al. **Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

Referência complementar:

BRASIL / Ministério da Educação e Cultura. **Critérios para o atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília: MEC, 1995.

OSTETTO, Luciana, Esmeralda. **Observação, registro, documentação: nomear e significar as experiências**. In: _____. **Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez . **Ler, escrever e resolver problemas. Habilidades básicas para aprender matemática**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

41. EDUCAÇÃO E ANTROPOLOGIA CULTURAL

O conceito de cultura e de relativismo cultural. Etnocentrismo. Diversidade: classe, raça/etnia, gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional. Cultura e educação. O olhar antropológico sobre a educação. Educação Etnorracial e Indígena. Métodos da pesquisa etnográfica e educação.

Referência Básica:

BENEDICT, Ruth. **Crisântemo e a espada**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CASTRO, Celso. (comp.). **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GUSMÃO, Neusa et al. **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, 2009.

Referência Complementar:

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís D. B. **A temática Indígena na Escola**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO. 1995.

http://www.pineb.ffch.ufba.br/downloads/1244392794A_Tematica_Indigena_na_Escola_Aracy.pdf

TRINDADE, Azolida L e SANTOS, Rafael. **Multiculturalismo as mil e uma faces da escola**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

42. JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS

Reflexão e ressignificação das concepções sobre o jogo, brinquedo e a brincadeira. Origem dos jogos e brincadeiras. O significado do lúdico como prática cultural e sua possibilidade de construção do conhecimento. Os significados do brincar no universo infantil e o seu papel nas instituições educativas. O papel dos jogos, brinquedos e brincadeiras no desenvolvimento da autonomia e socialização infantil. Projetos e atividades lúdicas desenvolvidas em ambientes que prestem atendimento à criança.

Referência Básica:

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e Cultura**. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

FRIEDMANN, Adriana. **Arte de Brincar(a): Brincadeiras e Jogos Tradicionais**. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 10 ed. São Paulo : Cortez, 2007.

Referência complementar

ARIÈS, Philippe. A descoberta da Infância. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O Brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

_____. **Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MACEDO, L.; PETTY, A.L.S.; PASSOS, N.C. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

43. LITERATURA INFANTIL

Breve estudo sobre a origem, a evolução e as tendências da literatura infantil na Europa e no Brasil. O texto literário infantil: gêneros, linguagem, conteúdo e forma. Características dos contos de fadas tradicionais e modernos. A criança e os livros na sala de aula. Critérios de seleção de textos, procedimentos metodológicos e sugestões de atividades pedagógicas. Leitura e contação de histórias. O livro infantil e outros sistemas semióticos.

Referências básicas:

CAVALCANTI, Joana. **Caminhos da literatura infantil e juvenil**: dinâmicas e vivências na ação pedagógica. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil**: teoria, análise, didática. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2013.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira**: história & histórias. São Paulo: Ática, 2003.

Referências Complementares:

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. 5. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

CADEMARTORI, Ligia. **O que é literatura infantil**. 2. ed. rev. e a ampl. São Paulo: Brasiliense, 2010. (Primeiros Passos, 163).

SILVA, Vera Maria Tietzmann. **Literatura infantil brasileira**: um guia para professores e promotores de leitura. Goiânia: Cânone Editorial, 2008.

44. ESCOLA E CURRÍCULO

Origem e desenvolvimento do campo do currículo. As teorias curriculares na literatura internacional e brasileira. Relações entre currículo e cultura. Propostas curriculares atuais e a produção de subjetividades e identificações. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. Proposta Curricular do Estado de Goiás. Proposta Curricular do Município de Morrinhos.

Referência Básica:

APPLE, Michel. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GIMENO SACRISTÁN, José. **O currículo uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Referência Complementar:

BARRETO, E. S. S. **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000.

GIMENO SACRISTÁN, José (org). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

POPKEWITZ, T. S. **Territórios contestados: currículo e novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

45. PRÁTICA DE ENSINO NAS SÉRIES INICIAIS - 1º CICLO

Procedimentos didáticos para docência na Educação do ciclo de alfabetização das séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 3º ano). Estratégias e Metodologias de ensino e aprendizagem para o Ensino Fundamental. Reflexões a partir do diagnóstico da instituição concedente para realização de um projeto de ação pedagógica.

Referência Básica:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

ITACAMBI, Ruth Ribas. **Resolução de problemas: construção de uma metodologia: (ensino fundamental)**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.

Referência Complementar:

CAVALHEIRO, Patrícia da Silva; PINO, José Cláudio Del. **Monitoria em ciências: uma estratégia de aprender fazendo**. Curitiba: Appris, 2014.

HERNÁNDEZ, Fernando & VENTURA, Monteserrat. **A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho**. O Conhecimento é um Caleidoscópio. Trad. J. H. Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez (orgs). **Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

46. ESTÁGIO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - 1º CICLO

Integração com a instituição educativa para realização de um diagnóstico sobre a realidade do ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Projeto de ação pedagógica a partir das reflexões feitas durante o estágio e a disciplina Prática de Ensino. Elaboração e aplicação prática dos pressupostos teórico-metodológicos dos conteúdos e aprendizagens das várias disciplinas do curso. Organização dos conhecimentos escolares: a perspectiva interdisciplinar; o enfoque globalizador; os temas transversais; e os projetos de trabalho. Será que seria ousadod demais colocar interdisciplinar?

Referência Básica:

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas & GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de Ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Referência Complementar:

COSTA, Marisa. **Escola Básica na virada do século: cultura, política e currículo**. São Paulo: Cortez, 1996.

FAZENDA, Ivani C. Arantes et al. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 2001.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico: como construir o projeto político pedagógico da Escola**. S.P.: Cortez, 2001.

47. PRÁTICA DE ENSINO EM EJA

Reflexões sobre os sujeitos da EJA. Procedimentos didáticos para a EJA. Metodologias e práticas na EJA. A desigualdade social e sua influência na EJA. A produção do saber escolar e cidadania.

Referência Básica:

ARROYO, Miguel G. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 49. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ALVES, Maria do Rosário do Nascimento Ribeiro. *Educação de Jovens e Adultos*. São Paulo: Parábola, 2008.

Referência Complementar:

HADDAD, Sergio. *Novos caminhos em Educação de Jovens e Adultos*. São Paulo: Global Editora, 2007.

MOURA, Tania Maria de Melo. *A prática pedagógica dos alfabetizadores de Jovens e Adultos*. 3ª Ed. Maceió: EDUFAL, 2004.

RIBEIRO, Vera Masagão. *Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.

48. ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EJA

Prática e intervenção didático-pedagógica na escola e na sala de aula, a partir de uma parceria entre Instituição formadora-IFGoiano e campo-escolas da rede que oferecem EJA- 1º segmento. Construção de Identidade docente profissional para EJA a partir da Identidade dos alunos da EJA, incluindo: Planejamento, Ensino e Avaliação da aprendizagem; aproveitando de situações polêmicas da Escola, da sala de aula, do Currículo e dos Livros didáticos para iniciar-se como professor/a pesquisador/a, diante da demanda por propostas e inovações curriculares para essa nova modalidade de ensino que está em construção.

Referência básica

KLEIMAN, Â. B. e Signorini, *et al.* **O ensino e a formação do professor**: alfabetização de jovens e adultos. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GADOTTI, M. **Convite a leitura de Paulo Freire**. 2. ed., São Paulo: Scipione. 2001.

PINTO, V. Á. **Sete lições sobre Educação de Adultos**. 11. ed.. São Paulo: Cortez. 2000.

Referência Complementar

FÁVERO, O., RUMMERT, S., VARGAS, S.. **Formação de profissionais para a educação de jovens e adultos trabalhadores**. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 30, dez. 1999, p. 39-49.

GADOTTI, M. **Educação popular**. São Paulo: Cortez. 1994.

SOARES, L. (org). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/ SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

49. LIBRAS

A educação de surdos no Brasil; cultura surda e a produção literária. Emprego da LIBRAS em situações discursivas formais: vocabulário, morfologia, sintaxe e semântica. Prática do uso da LIBRAS no contexto escolar.

Referências Básicas

- SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez**: Um olhar sobre a diferença. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.
- SACKS, Oliver. **Vendo Vozes**. São Paulo: Companhia das letras, 1998

Referências Complementares

- BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995.
- COUTINHO, Denise. **LIBRAS e Língua Portuguesa**: Semelhanças e diferenças. João Pessoa: Arpoador, 2000.
- DAMÁZIO, Mirlene F.M. (Org.). **Língua de sinais brasileira no contexto do ensino superior**: Termos técnicos científicos. Uberlândia: Graça Hebrom. 2005.

50. EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MÍDIAS

Estudos, propostas, discussões de aplicação interdisciplinares da solução de problemas dos aspectos interligados à interface entre educação, comunicação e mídias e suas relações com recursos tecnológicos atuais. Os aspectos formais, não formais e informais da educação, com estudos de diferentes áreas de atuação dos professores. O uso das mídias, produção de materiais digitais, relações entre trabalho e educação, linguagens padrões de produções midiáticas no contexto da educomunicação e os desafios da cultura digital.

Referência Básica

- SANDHOLTZ, Judith Haoumore; RINGSTAFF, Cathy; Dwyer, David C. **Ensinando Com Tecnologia** - Criando Salas de Aula Centradas nos Alunos, Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- SILVA, Eli Lopes Da. **Mídia-Educação**. EDITORA CRV, 2012.
- SOARES, Ismar de Oliveira. **A Educomunicação**: O Conceito, O Profissional. PAULINAS, 2014.

Referência Complementar

- ARMSTRONG, Alison; CASEMENT, Charles. **A Criança e a Máquina** - Como os computadores colocam a educação de nossos filhos em risco. Editora Penso, 2001.
- SANCHO Juana M.; HERNÁNDEZ, Fernando. **Tecnologias para Transformar a Educação**. Editora Penso, 2006.
- MELLO, Roseli Rodrigues de; BRAGA, Fabiana Marini; GABASSA, Vanessa. **Comunidades de Aprendizagem**. EDUFSCAR, 2012.

51. GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Organização, gestão dos processos educativos e trabalho docente. A gestão escolar democrática nas políticas educacionais: concepção da gestão e organização da escola. A escola como cultura organizacional: o projeto político-pedagógico coletivo e o trabalho do professor.

Referência Básica:

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. Goiânia: Alternativa, 2001

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 1999.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1996

Referência Complementar:

FRANCO, Francisco Carlos. **As reuniões na escola e a construção coletiva do projeto educacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira e TOSCHI, MirzaSeabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCK, Heloisa. **Gestão da cultura e do clima organizacional da escola**. Petrópolis: Vozes, 2010.

52. EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDAMENTOS E POLÍTICAS

Fundamentos da Educação Especial e da Educação Inclusiva. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Aspectos educacionais e pedagógicos relacionados à pessoa com deficiência, à pessoa com altas habilidades e superdotação, bem como aquela com transtornos globais do desenvolvimento. Diferença entre dificuldade de aprendizagem e distúrbios de aprendizagem. Reflexões sobre a construção do fracasso escolar.

Referência básica

DECHICHI, Claudia; SILVA, Lázara Cristina da. **Inclusão Escolar e Educação Especial: Teoria e prática na diversidade**. Uberlândia: Edufu, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **INCLUSÃO ESCOLAR O QUE É? POR QUÊ? COMO FAZER?** São Paulo: Summus, 2015.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Tradução WindyzBrazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Referência complementar

CYPEL, Saul. **Déficit de Atenção e Hiperatividade e as Funções Executivas: Atualização para pais, professores e profissionais da saúde**. Bela Vista: Leitura Médica, 2010.

SOPELSA, Ortenila. **Dificuldades de Aprendizagem: Resposta de um atelier pedagógico**. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2009.

53. EDUCAÇÃO NO CAMPO

História, tendências, concepções teórico-metodológicas. A Educação Rural: políticas públicas e legislação específica. Orientações curriculares para a Educação nas escolas do/no meio rural. Educação Rural e Pedagogia da Terra: desenvolvimento local, integrado e sustentável. Territorialidade, Identidade e Alteridade: fundantes para a construção de relações e saberes dos atores sociais camponeses. Projeto político-pedagógico para a Educação Infantil e Séries iniciais das escolas do campo.

Referências Básicas

ALMEIDA, Jane Soares De. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Autores associados, 2004.

ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MARTINS, Aracy Alves. **Educação do campo: desafios para a formação de professores**. Autêntica, 2009.

Referências complementares:

MERRIEU, Philippe. **O cotidiano da escola e da sala de aula**. 1 ed. Artmed, 2009.

MOLINA, M.C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Perspectivas e dilemas da educação popular**. 2 ed. Graal editora, 1984.

54. PRÁTICA DE ENSINO NAS SÉRIES INICIAIS - 2º CICLO

Estratégias para a regência no 2º ciclo das séries Iniciais do Ensino Fundamental. Metodologias de ensino e aprendizagem para o Ensino Fundamental. Análise da organização do trabalho pedagógico na instituição concedente de estágio a partir das práticas desenvolvidas.

Referência Básica:

OLIVEIRA, Francimar Neves; BAZON, Fernand Vilhena Mafra (org.). **(RE) significando o Lúdico** ó Jogar e brincar como espaço de reflexão. Londrina: EDUEL, 2009.

FAYOL, Michel. **Numeramento**: aquisição das competências matemáticas. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

CAVALHEIRO, Patrícia da Silva; PINO, José Cláudio Del. **Monitoria em ciências**: uma estratégia de aprender fazendo. Curitiba: Appris, 2014.

Referência Complementar:

ITACAMBI, Ruth Ribas. **Resolução de problemas: construção de uma metodologia**: (ensino fundamental). São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.

FAZENDA, Ivani C. Arantes et al. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 2001.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

55. ESTÁGIO GESTÃO ESCOLAR

Análise da organização e funcionamento escolar, coordenação pedagógica e gestão.

Participação nas atividades de planejamento, conselho de classe, reuniões pedagógicas com docentes e pais. Estudo e análise crítica da gestão escolar. Estágio Curricular Supervisionado em gestão escolar.

Referência básica

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. São Paulo: Loyola, 2001.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens**. 7. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola**. 17. ed. - Campinas- SP: Papirus, 1994.

Referência Complementar

ALVES, Nilda. **Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola**. São Paulo: Cortez, 2006.

FERREIRA, Naura S. Carapeto. **Gestão Democrática: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo, Cortez, 2003.

SENGER, Peter M. **A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende**. 19. ed. Rio de Janeiro-RJ: Best Seller, 2006.

56. ESTÁGIO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - 2º CICLO

Análise do fazer pedagógico dos profissionais na escola/campo de estágio a partir das práticas desenvolvidas. Elaboração e execução de diferentes projetos pedagógicos. Aprofundamento teórico e prático na compreensão e análise da realidade da escola de Educação Básica. Construção de diagnóstico sobre a realidade do ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento da ação docente. Integração entre a didática específica do conteúdo a ser ensinado com sua prática na escola, analisando-se várias formas de comunicação entre as atividades didática e a natureza do diálogo entre professor-aluno.

Referência Básica:

MORAES, Gisely Lima de. **Estágio na licenciatura em Pedagogia: projetos de leitura e escrita nos anos iniciais**. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: EDUFAL, 2012.

SILVA, Lázara Cristina da; MIRANDA, Maria Irene (org.) **Estágio Supervisionado e Prática de Ensino: Desafios e possibilidades**. Uberlândia: EDUFU, 2008.

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez (orgs). **Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Referência Complementar:

COSTA, Marisa. **Escola Básica na virada do século: cultura, política e currículo**. São Paulo: Cortez, 1996.

FAZENDA, Ivani C. Arantes et al. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. Cadernos Pedagógicos do Libertad, 7ª ed. São Paulo: 2000.

57. EDUCAÇÃO AMBIENTAL (OPTATIVA)

Aspectos relativos à Epistemologia da Educação Ambiental e os antecedentes históricos de importância para o meio ambiente; as relações entre sociedade e natureza; a Educação Ambiental e as ações de sensibilização e transformação; a Educação Ambiental na transdisciplinaridade, no contexto de diferentes saberes, culturas e patrimônios. Operacionalização das atividades em Educação Ambiental. Organização, elaboração e apresentação de Projetos de Educação Ambiental.

Referência básica

- CARVALHO, I. C.M. **Educação Ambiental: a Formação do Sujeito Ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental, princípios e práticas**. São Paulo: Editora Gaia Ltda, 1992.
- FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. **Saúde, Ambiente e Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

Referência complementar:

- PENTEADO, H. D. **Meio ambiente e formação de professores**. SP: Cortez, 1994.
- DEBESSE, A. **A escola e a agressão do meio-ambiente**. São Paulo: Difel, 1974.
- LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LOUREIRO, Carlos F. B. et al (Orgs.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

58. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA (OPTATIVA)

Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva e a questão das cotas.

Referências Básicas

- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 435 p.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**. Edusp: São Paulo, 2003.
- SILVA, Tomaz Tadeu Da Silva (org). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Referências Complementares

- AZEVEDO, Thales de. **Democracia Racial: Ideologia e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Antropologia**. Diversidade e Educação. Fascículos 3º e 4º, 2º ed. rev. Cuiabá, EDUFMT, 2000.
- MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

59. MATEMÁTICA E NUMERAMENTO (OPTATIVA)

A articulação entre língua materna e a matemática, tendo em vista o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático. A leitura, a oralidade e a escrita da linguagem matemática, aliadas ao sentido e significado do conhecimento como pontos centrais em seu processo de Alfabetização Matemática. O uso das funções da linguagem para compreensão dos conceitos matemáticos e a contextualização dos mesmos por meio da cultura, dos instrumentos sociais e textos informativos.

Bibliografia Básica

1. *LOPES, Celi Espasandin; NACARATO, Adair Mendes. Escritas e Leituras na Educação Matemática. Belo Horizonte: Autentica, 2005.*

MACHADO, N. J. **Matemática e Língua Materna**: Análise de uma Impregnação Mútua. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FAYOL, Michel. **Numeramento**: Aquisição das Competências matemáticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

Bibliografia Complementar

1. DANYLUK, Ocsana Sônia. **Alfabetização Matemática: a escrita da linguagem matemática no processo de alfabetização**. Rio Grande do Sul, 1997. Tese (Doutorado) ó FAGED, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FONSECA, M. C. F. R. (Org.). **Letramento no Brasil**: habilidades matemáticas. São Paulo: Global, 2004.

DAMBRÓSIO, U. **Etnomatemática**: elo entre as tradições e a modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

60. HISTÓRIA E EDUCAÇÃO REGIONAL (OPTATIVA)

História da Educação em Goiás. O projeto político de desenvolvimento econômico e social do Estado de Goiás e as propostas educacionais implementadas nas primeiras décadas do século XX Os currículos propostos e proposição de métodos de ensino presentes na legislação educacional em Goiás.

Referência Básica:

BRETAS, Genesco F. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

CANEZIN, Maria Teresa. LOUREIRO, Walderês. N. **A Escola Normal em Goiás**. Goiânia: UFG, 1994.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. 2. ed. Goiânia: UFG, 2002.

Referência Complementar:

BRZEZINSKI, Iria. **A formação do professor para o início da escolarização**. Goiânia: UCG/SE, 1987.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A ilusão pedagógica**: estado, sociedade e educação em Goiás (1930-1945). Goiânia: UFG, 1994.

_____. **O papel político-educativo de A Informação Goyana na construção da nacionalidade**. Goiânia: UFG, 2003.

61. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: SUJEITOS E INSTITUIÇÕES (OPTATIVA)

Aspectos teóricos do conceito de "menor infrator". A produção do sujeito que cumpre medidas socioeducativas. O Estatuto da Criança e do Adolescente - concepções político-filosóficas. A efetivação da tarefa educativa, com ênfase na mediação de conflitos intra e extra escolares. O direito à educação, as medidas de proteção, as medidas socioeducativas, as atribuições do Conselho Tutelar e de cada uma das instituições auxiliares da escola.

Referência básica

AMPARO, Deise Matos. **Adolescência e violência: intervenções e estudos clínicos**, psicossociais e educacionais. Brasília: UNB, 2012.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990).

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em 14 ago 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir - história da violência nas prisões**. 41. ed. São Paulo: Vozes, 2015.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Pobreza Infantil**. Lisboa: Principia, 2011.

Referência complementar

CORSEUIL. Anelise R.; CAUGHIE, John. (Org.). Palco, tela e página. Florianópolis: Insular, 2000.

KRAMER, Sonia. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Infância (in)visível**. 2. ed. Araraquara: Junqueira & Marin: 2014.

62. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - FUNDAMENTOS E POLÍTICAS (OPTATIVA)

Ementa: A trajetória histórica da Educação a Distância no Brasil e seus principais momentos. Conceitos, políticas públicas e o impacto na sociedade brasileira. O papel do Tutor a Distância no ensino/aprendizagem.

Referência Básica

CAMPOS, Fernanda C. A; COSTA, Rosa M. E. da; SANTOS, Neide. **Fundamentos da educação a distância, mídias e ambientes virtuais**. Juiz de Fora: Editar, 2007.

PRETI, Oreste. **Educação a distância: fundamentos e políticas**. Cuiabá : EdUFMT, 2009.

GONZALEZ, Mathias. **Fundamentos da Tutoria em Educação a Distância**. 2. ed. São Paulo: Avercamp, 2015.

Referência Complementar

NEVES, Carmen Moreira de Castro. **palestra ãA política e os programas de educação a distância na visão do governo federalö**. Portal do MEC, 1999.

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 2001.

PALLOFF, Rena M.; PRATT, Keith. **O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

63. EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEXUALIDADE (OPTATIVA)

A percepção do próprio corpo como sexuado e permeado por diferentes linguagens corporais. Formação de futuros pedagogos sobre si mesmo em relação aos aspectos bio-psico- sociais da própria sexualidade, num processo de ampliação do conceito de Sexualidade sobre questões da sexualidade infantil, incluindo cuidados com o corpo como preventivo à Saúde em geral, conforme proposto pelo PCN,se Temas Transversais.

Bibliografia Básica

LÓPES, F. & FUERTS, A. **Para entender a sexualidade**. São Paulo: Loyola, 1992.

MAYLE, P e ROBINS, A. **De onde viemos?:** explicando às crianças os fatos da vida, sem absurdos. São Paulo. Nobel, 2006.

CIDA L. **Coleção Educação sexual-perguntas e respostas**. Editora BrasilLeitura, (10 volumes).

Bibliografia Complementar

BEIRAS, A. TAGLIAMENTO,G. e Toneli, M.J.F. **Crenças, valores e visões:** trabalhando as dificuldades relacionadas a sexualidade e gênero no contexto escolar. Aletheia, 21, 69-78, 2005.

VITIELLO, N. **Reprodução e Sexualidade:** um manual para educadores. São Paulo: CEICH, 1994.

ANDREW, C.ANDRY e STEVEN, Schepp. **De onde vêm os bebês**. Rio de Janeiro, 40 ed., Livraria Olímpio Editora, 2015.

Bibliografia Sugerida

BARCELOS, N.N.S. ZAID, A.G. SANTOS, C. Educação sexual: Relato de experiência.In: **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**. V.7. Ed. Especial 2, Iglu Editora, 1996. ISSN 01036122.

-----, JACOBUCCI,D.F.C. Estratégias didáticas de Educação sexual na formação de professores de Ciências e Biologia. In: **Revista eletrônica Enseñanza de las Ciencias**. Vol.10, N 2, 334-345 (2011) ISSN 1759-1513.

CARVALHO, M. A.M. de. **O afeto nosso de cada dia**. 4 ed. Belo Horizonte: 2001.

14. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

14.1 Questões omissas

Assumindo a natureza dinâmica da educação e do processo de formação humano, o colegiado da Pedagogia tem autoridade para resolver as questões omissas, esclarecer dúvidas e ouvir sugestões de natureza operacional, relacionadas ao zelo pela qualidade e bom funcionamento do curso, assim como encaminhar ao NDE aquilo que for da competência desse órgão.

14.2 Vigência do PPC

O presente projeto se aplica à turma com ingresso no curso de Pedagogia no primeiro semestre de 2015.

Para os demais períodos, o colegiado do curso realizará um estudo de convergência, avaliando a viabilidade e exequibilidade, preservando prioritariamente a qualidade do curso, o respeito pelos alunos e o compromisso com a excelência na formação dos futuros professores.

15. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO CURSO

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO CURSO DE PEDAGOGIA							
1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO
História da Educação I (40h)	História da Educação II (40h)	Educação Infantil I (80h)	Educação Infantil II (80h)	Crescimento e desenvolvimento psicomotor (40h)	Epistemologia e Educação (40h)	Educação e Antropologia Cultural (40h)	Educação, Comunicação e Mídias (40h)
Sociologia da Educação I (80h)	Sociologia da Educação II (80h)	Filosofia da Educação I (40h)	Filosofia da Educação II (40h)	Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa nos anos Iniciais do E.F. - I (80h)	Metodologia de ensino de Língua Portuguesa nos anos iniciais do E.F. - II (80h)	Jogos, Brinquedos e Brincadeiras (40h)	Gestão e organização do trabalho pedagógico (40h)
Psicologia da Educação I (40h)	Psicologia da Educação II (40h)	Psicologia da Educação III (40h)	Alfabetização: Teoria e Prática I (80h)	Alfabetização: Teoria e Prática II (80h)	Prática Ensino - Pré-Escola	Literatura Infantil (80h)	Educação Especial-Fundamentos e Políticas (40h)
Didática: teoria pedagógica (40h)	Didática e formação de professores (40h)	Avaliação Educacional (40h)	Arte e Educação I (40h)	Arte e Educação II (40h)	Estágio em Educação Infantil - Pré-Escola (70h)	Escola e Currículo (40h)	Educação no campo (40h)
Políticas Públicas na educação Brasileira (40h)	Fundamentos do ensino de Matemática nos anos Iniciais do Ensino Fundamental - I	Fundamentos do ensino de Matemática nos anos Iniciais do E.F. - I (80h)	Fundamentos e Metodologias da EJA (40h)	Fundamentos e Metodologia de Ciências Naturais nos anos iniciais do E.F. - I (40h)	Fundamentos e Metodologia do ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais do E.F. (40h) - II	Optativa I (40h)	Optativa II (40h)
Fundamentos do ens. de Língua Portuguesa nos anos Iniciais do E.F. - I (80h)	Fundamentos do ens. de Língua Portuguesa nos anos Iniciais do E.F. - II (80h)	Fundamentos e Metodologia de Ciências Humanas nos anos iniciais do E.F. - I (80h)	Fundamentos e Metodologia de Ciências Humanas nos anos Iniciais do E.F. - II (80h)	Metodologia de Ensino Matemática nos anos iniciais E.F. - I (80h)	Metodologia do Ensino de Matemática no anos iniciais do E.F. - II (80h)	Trabalho de Curso I-TC (40h)	Trabalho de Curso 2-TC (40h)
	Metodologia de Pesquisa Científica (40h)		Estatística aplicada à Educação (40h)	Prática de Ensino - Creche		Prática de Ensino nas Séries Iniciais - 1º ciclo	Libras (40h)
				Estágio em Educação Infantil -Creche (70h)		Estágio nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental - 1º ciclo (70h)	Estágio em Gestão Escolar (50h)
						Prática Ensino - EJA	Prática de Ensino nas Séries Iniciais - 2º ciclo
						Estágio em EJA (70h)	Estágio nas séries Iniciais do Ensino Fundamental - 2º ciclo (70h)

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Institui as normas de funcionamento do Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano ó Campus Morrinhos.

Capítulo I Das Finalidades e Princípios

Art. 1º O Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), oferecido pelo Campus Morrinhos, perfaz uma carga horária total de 400 (quatrocentas) horas. O referido Estágio ampara-se legalmente na Lei nº 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional); na Resolução CNE/CP nº 01, de 18/02/2002; na Resolução CNE/CP nº 1, de 15/05/2006 ó que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura; na Lei nº 11.788, de 25/09/2008 ó que dispõe sobre o estágio de estudantes; nas Diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Curso de Pedagogia (CP); no Regulamento dos Cursos de Graduação do IF Goiano e no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IF Goiano ó Campus Morrinhos.

Art. 2º O Estágio Supervisionado não se constitui trabalho profissional, mas procedimento pedagógico-didático e pressupõe parceria estabelecida, por meio de instrumento jurídico, entre as instituições formadoras e de estágio, nos termos dos Art. 3º e 5º da Lei 11.788/2008. Ele será desenvolvido no 5º, 6º, 7º e 8º semestres letivos, portanto, a partir da segunda metade do curso de Pedagogia, conforme estabelece a Resolução CNE/CP n. 01/2002, e terá uma Coordenação de Estágio, vinculada à Gerência de Estágio Curricular Supervisionado, Empregos e Egressos (GEEE) deste Campus.

Art. 3º O Estágio Supervisionado será desenvolvido em estreita relação com a prática, entendida como componente curricular, nos termos postos pela Resolução CNE/CP n. 01/2002. Assim, prática e estágio supervisionado têm o mesmo objetivo geral: contribuir para a formação teórico-prática do licenciando, por meio do contato, durante o curso de licenciatura, com a futura realidade profissional. Contudo, a prática como componente curricular das disciplinas não se caracteriza como estágio supervisionado (Resolução CNE/CP n. 02 /2002), mas como um espaço de estudo, pesquisa, reflexão, explicação e construção de conhecimentos da profissão docente.

Art. 4º Tendo como objetivo, junto com a prática como componente curricular, a aproximação entre a relação teoria e prática social tal como expressa o Art. 1º, § 2º e o Art. 3º, inciso XI da LDB,

bem como o expresso no Parecer CNE/CP 9/2001, o estágio curricular supervisionado é o momento de efetivar, **sob a supervisão de um profissional experiente**, um processo de ensino-aprendizagem que se tornará concreto e autônomo quando da profissionalização deste estagiário.

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado deverá ser realizado prioritariamente em educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (Resolução CNE/CP 01/2006), contemplando também o Estágio na Educação de Jovens e Adultos e o Estágio em Gestão Escolar, conforme o Projeto Pedagógico do Curso Pedagogia do IF Goiano ó Campus Morrinhos e respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino.

Art. 6º A formação de professores que atuarão na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, assegurará aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências:

- a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente;
- b) nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal (se houver);
- c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar;
- d) na Educação de Jovens e Adultos (na Alfabetização e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental);
- e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos;
- f) em reuniões de formação pedagógica.

Capítulo II

Da Coordenação de Estágio

Art. 7º Compete à (ao) Coordenador (a) de Estágio:

- a)** Realizar reuniões, a cada bimestre, com todos os professores de Estágio Supervisionado de seu Curso;
- b)** Estabelecer critérios para a definição de escolas para a realização do Estágio Supervisionado. A escolha será feita em conjunto com o Professor Orientador e o (a) aluno (a)-

estagiário (a), buscando a seleção de escolas que possam contribuir para a plena formação pedagógica do aluno (a)-estagiário (a).

c) Discutir com a coordenação pedagógica de cada Instituição Concedente selecionada, o regulamento de Estágio e o planejamento das atividades do Estágio.

d) Fazer visitas periódicas às Instituições Concedentes a fim de acompanhar as atividades e auxiliar no que for necessário para o bom desenvolvimento do Estágio.

Capítulo III

Da Carga Horária do Professor Orientador

Art. 8º A carga horária semanal para orientação e acompanhamento no Estágio Supervisionado será de 12 horas.

§ 1º - A partir do 5º período do Curso, haverá disciplinas de Prática de Ensino que auxiliarão na preparação discente para o Estágio Supervisionado nas escolas-campo.

§ 2º ó Cada turma de Prática de Ensino deverá ser composta por até 20 (vinte) alunos-estagiários, viabilizando o seu acompanhamento e a orientação individualizada.

Capítulo IV

Do Professor Orientador

Art. 9º Cada turma de Estágio Supervisionado formada por, no máximo, 20 alunos-estagiários, terá um Professor Orientador pertencente ao corpo docente do Instituto Federal Goiano ó Campus Morrinhos, indicado pelo Coordenador de Estágio e aprovado pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE).

Art. 10º É de competência do Professor Orientador:

a) Apresentar à Coordenação de Estágio do Curso o calendário com todas as atividades previstas, considerando: a Prática de Ensino, as aulas de acompanhamento e os projetos educacionais nas escolas campo;

b) Instrumentalizar a formação pedagógica;

c) Preparar o futuro aluno (a)-estagiário (a);

d) Orientar os alunos-estagiários em relação às questões teórico-metodológicas que dizem respeito ao ensino nas escolas de a Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de

serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos;

- e) Discutir, com o aluno (a)-estagiário (a), possíveis alternativas para soluções de dificuldades e problemas relacionados ao Estágio;
- f) Orientar o (a) aluno (a)-estagiário (a) na elaboração e execução do projeto de Estágio que deverá partir da observação da Instituição Concedente como um todo, analisando sua importância para a comunidade e o relacionamento entre o corpo docente, discente e administrativo;
- g) Acompanhar o desenvolvimento das atividades do Estágio na Instituição Concedente selecionada, conforme cronograma previamente estabelecido;
- h) Realizar os Projetos Educacionais;
- i) Fazer cumprir rigorosamente a carga horária.

Capítulo V

2. Da Frequência, Avaliação e Aproveitamento Escolar

Art. 11º A Avaliação do trabalho desenvolvido pelo (a) aluno (a)-estagiário (a) será contínua e dinâmica, segundo critérios adotados pelo(a) Professor(a) Orientador(a). Para a eficácia do processo de avaliação, a ele também deve estar integrado, além do Professor Orientador, o professor (regente) da Instituição Concedente onde se realizará o Estágio e o próprio aluno.

Art. 12º A avaliação do (a) aluno (a)-estagiário (a) deverá levar em consideração as especificidades das atividades desenvolvidas em sala de aula (no Campus) e na Instituição Concedente de estágio.

Art. 13º Concluindo as atividades de Estágio Supervisionado, **em cada nível de ensino e no prazo regimental**, o (a) aluno (a)-estagiário (a) deverá apresentar ao professor orientador de estágio um Portfólio contendo todos os documentos comprobatórios de suas atividades de Estágio.

Art. 14º São condições para a aprovação final no Estágio:

- a) O cumprimento de todas as atividades propostas pelo Professor Orientador;
- b) A apresentação do Portfólio contendo todos os documentos comprobatórios ó devidamente assinados pelo diretor da Instituição Concedente ou seu substitutivo legal e carimbados pelas Instituições Concedentes em que o (a) aluno (a)-estagiário (a) cumpriu suas atividades de Estágio;
- c) Um Relatório Reflexivo, também chamado de **Relatório de Estágio**, que consiste no trabalho final de Estágio Supervisionado considerado como um documento comprobatório, cuja ênfase

está na relação das diversas práticas efetivadas na instituição formadora o IF Goiano o Campus Morrinhos e na(s) instituições concedentes, a ser entregue à Coordenação de Estágio em três vias, sendo duas impressas e vistas pelo professor orientador e outra em meio digital (em arquivo PDF). Dessas, uma via impressa será encaminhada à Gerência de Extensão e Estágio do Campus.

d) Avaliação *in loco* pelo Professor Orientador.

3.

4. Capítulo VI

5. Da Reprovação

Art. 15º O aluno que não cumprir o cronograma de Estágio Supervisionado ou deixar de apresentar o Portfólio contendo todos os documentos comprobatórios de suas atividades de Estágio e o Relatório de Estágio, nas datas estipuladas pelo Professor Orientador, será considerado INAPTO e deverá matricular-se novamente nas disciplinas de Estágio e respectiva Prática de Ensino, no próximo semestre/ano letivo e cumprir todas as atividades exigidas.

Parágrafo único. O aluno que, durante o desenvolvimento das fases de semi-regência e/ou regência supervisionada, receber 02 (dois) conceitos ~~insuficientes~~ o na mesma fase o nas avaliações do Professor Orientador também será considerado INAPTO, independentemente de haver cumprido a carga horária prevista, uma vez que a o Curso de Licenciatura em Pedagogia do IF Goiano o Campus Morrinhos primará pela qualidade da formação discente como critério maior a ser observado.

Art. 16º A reprovação no Estágio Supervisionado não possibilitará ao aluno a revisão de resultado (atividades desenvolvidas durante o ano/semestre letivo), dadas as especificidades dessa disciplina.

Parágrafo único. Ao aluno considerado INAPTO, será dado o direito de ser examinado por uma banca julgadora, formada pelo Coordenador de Estágio, Coordenador do Curso, Professor Orientador e um Professor do Curso convidado pelo aluno, de acordo com o art. 32 desse regulamento.

Capítulo VII

Do Aluno (a)-estagiário (a)

Art. 17º O (A) aluno (a)-estagiário (a) deverá:

a) Estar ciente das normas para a orientação de Estágio Supervisionado e observá-las rigorosamente, conforme a orientação do(a) professor (a) orientador (a).

b) Realizar as atividades previstas neste Regulamento;

- c) Elaborar os relatórios solicitados;
- d) Manter em dia o material comprobatório das atividades desenvolvidas, segundo cronograma apresentado pelo Professor Orientador;
- e) Comparecer às Instituições Concedentes para o Estágio em dias e horas marcados portando crachá de identificação;
- f) Observar e obedecer ao regimento da(s) escola(s)-campo;
- g) Observar a ética profissional, principalmente no que concerne à divulgação de dados observados e/ou informações fornecidas pelos estabelecimentos escolares;
- h) Relatar e discutir com o Professor Orientador as dificuldades surgidas no decorrer do Estágio;
- i) Cumprir rigorosamente todas as atividades propostas pelo Professor Orientador.

Capítulo VIII

6. Da Duração do Estágio Supervisionado

Art. 18º O Estágio Supervisionado tem a carga horária total de 400 (quatrocentas) horas, assim distribuídas:

- a) Observação ó 180 horas;
- b) Projetos ó 120 horas, sendo 20 horas nos 5º e 6º e 40 horas no 7º e 8º período;
- c) Regência Supervisionada ó 100 horas (50 horas de preparação e 50 horas de execução), exceto para o Estágio de Gestão Escolar.

Capítulo IX

Da Observação

Art. 19º A carga horária a ser cumprida nessa fase será de **180 horas**, assim distribuídas:

- 30 horas no Estágio em Educação Infantil - Creche (faixa etária de zero a três anos)
- 30 horas no Estágio em Educação Infantil - Pré-escola (faixa etária de quatro a cinco anos)
- 30 horas no Estágio nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental - 1º Ciclo (1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental)
- 30 horas no Estágio nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental - 2º Ciclo (4º e 5º anos do Ensino Fundamental)

- 30 horas no Estágio na Educação de Jovens e Adultos (séries iniciais e/ou alfabetização)
- 30 horas no Estágio de Gestão Escolar

Art. 20º Essa fase consiste em propiciar ao (a) aluno (a)-estagiário (a) a oportunidade de conhecer diferentes realidades socioculturais e institucionais que proporcionem fundamentos para a prática pedagógica, a orientação e apoio a estudantes, gestão e avaliação de projetos educacionais, de instituições e de políticas públicas de Educação. As atividades a serem desenvolvidas pelo (a) aluno (a)-estagiário (a) nessa fase, entre outras, são:

- a)** Diagnóstico da Instituição Concedente;
- b)** Análise do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Escolar;
- c)** Primeiro contato com o(s) professor (es) supervisor(es) e com a(s) sala(s) de aula em que desenvolverá seu Estágio Supervisionado.
- d)** Leitura do(s) plano(s) de curso(s) da(s) disciplina(s) a serem ministradas;
- e)** Participação em reuniões, organizadas pela escola, com os pais de alunos;
- f)** Outras atividades julgadas pertinentes pelo Professor Orientador do Estágio.

Capítulo X

Da Prática de Ensino

Art. 21º Serão ofertadas 05 áreas distintas da disciplina Prática de Ensino, no IF Goiano ó Campus Morrinhos, em consonância com o disposto na Resolução CNE/CP 1/2006, art. 8º, de modo a proporcionar fundamentos para a prática pedagógica dos alunos-estagiários. A avaliação nessas disciplinas estará associada ao Estágio Supervisionado. Nessa fase, o(a) aluno(a)-estagiário(a) procederá à pesquisa, ao planejamento e à preparação de suas atividades, que poderão ser desenvolvidas sob a forma de:

- a)** Elaboração dos planos de ensino e de aulas;
- b)** Elaboração de material didático-pedagógico a ser utilizado em suas experiências educacionais na(s) Instituições Concedentes;
- c)** Outras atividades julgadas pertinentes pelo Professor Orientador do Estágio.

Capítulo XI

Dos Projetos Educacionais

Art. 22º Nessa fase, objetiva-se capacitar o (a) aluno (a)-estagiário (a) a identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras (CNE/CP 1/2006).

Art. 23º O Projeto Educacional, documento que norteará as atividades a serem desenvolvidas na(s) Instituição(ões) Concedente(s), deverá ser elaborado pelo (a) aluno (a) estagiário (a) ou grupos de alunos estagiários sob a orientação do Professor Orientador.

Art. 24º A carga horária destinada a este documento será de 20 (vinte) horas, sendo 10 (dez) horas para a preparação e 10 (dez) horas para a execução de cada Projeto.

Capítulo XII

Da Regência Supervisionada

Art. 25º A Regência Supervisionada será composta de duas fases: Monitoria e Regência. A primeira fase compreende as atividades pedagógicas desenvolvidas pelo (a) aluno (a)-estagiário (a) na Instituição Concedente na qualidade de assistente do Professor Supervisor. Na segunda fase da Regência o (a) aluno (a)-estagiário (a) desempenhará a função docente e será avaliado pelo Professor Supervisor e pelo Professor Orientador, sendo condição fundamental para o cumprimento do Estágio. Tanto a fase da Monitoria quanto a da Regência Supervisionada, subdividem-se em dois momentos: preparação e execução.

Art. 26º Tanto a fase de Observação quanto a da Monitoria e da Regência Supervisionada não poderão ultrapassar o último dia letivo previsto no Cronograma de Estágio semestral, elaborado pela Coordenação de Estágio. Este Regulamento poderá sofrer ajustes sempre que necessário e deverá ser aprovado pelo NDE do Curso.

Art. 27º O acadêmico auxiliará o(s) Professor (es) Supervisor (es), na Educação Básica, nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, no Ensino de Jovens de Adultos e na Gestão Escolar, em todas as atividades escolares desenvolvidas em cada nível de ensino em séries e turmas diversificadas, conforme previsto no Art. 20, ou seja, Estágio em Educação Infantil I (zero a três anos), Estágio em Educação Infantil II (4 a 5 anos), Séries Iniciais do Ensino Fundamental I (1º, 2º e 3º anos), Séries Iniciais do Ensino Fundamental II (4º e 5º anos), Educação de Jovens e Adultos (Alfabetização e/ou séries iniciais) e de Gestão Escolar.

§ 1º Na primeira fase da regência supervisionada (monitoria) os acadêmicos participarão de todas as atividades desenvolvidas na Instituição Concedente, seguindo as orientações do Professor Supervisor e/ou do Professor Orientador, tais como:

- a) Confecção de planos de aula;
- b) Correção de atividades, trabalhos e avaliações realizadas pelos alunos;
- c) Preenchimento de diários de classe (modelo do aluno);
- d) Seleção e preparação de material didático compatível com os conteúdos ministrados pelo Professor Supervisor;
- e) Elaboração e aplicação de atividades de fixação e avaliações relativas aos conteúdos ministrados pelo Professor Supervisor;
- f) Produção de material didático;
- g) Execução de aulas de reforço;
- h) Participação na organização e realização de eventos sócio-culturais promovidos pela Instituição Concedente;
- i) Estar presente em palestras, seminários, conferências, congressos e cursos de formação específica;
- j) Participação da elaboração de projetos pedagógicos.

§ 2º A segunda fase da regência (Regência Supervisionada) consiste no efetivo exercício da atividade docente, sob a observação do Professor Supervisor e o acompanhamento do Professor Orientador. As atividades desenvolvidas pelos alunos-estagiários serão as mesmas estabelecidas nas alíneas **do primeiro parágrafo do Art. 27**, diferenciando-se apenas ser o fato de ser o (a) aluno (a)-estagiário (a) o responsável direto pela realização de todas as ações.

Art. 28º A regência supervisionada deverá ser cumprida obedecendo à seguinte sequência:

- a) Estágio em Educação Infantil I ó 20 horas
- b) Estágio em Educação Infantil II ó 20 horas
- c) Estágio nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental I ó 20 horas
- d) Estágio na Educação de Jovens e Adultos ó 20 horas
- e) Estágio nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental II ó 20 horas

Art. 29º O Professor Orientador deverá observar, no mínimo, 05 (cinco) aulas por aluno (a)-estagiário (a), sendo 01 (uma) aula em cada modalidade de Estágio Supervisionado.

§ 1º. Trata-se de condição fundamental para a observação das aulas ó pelo Professor Orientador ó o cumprimento das fases de Observação, Monitoria e a realização de todas as aulas de regência supervisionada pelo Professor Supervisor devidamente comprovados pelos respectivos documentos.

§ 2º. Em hipótese alguma esse quantitativo poderá ser reduzido. Dessa forma, o Professor Orientador não poderá dispensar nenhuma das 05 (cinco) aulas previstas.

Art. 30º As regências avaliadas pelo Professor Orientador deverão ser ministradas na cidade de Morrinhos (GO).

Capítulo XIII

Da Aula Prova

Art. 31º A Aula Prova é uma etapa a ser cumprida se o desempenho do aluno estagiário não foi satisfatório durante o Estágio Supervisionado.

§ 1º A aula prova ocorrerá mediante sessão pública com data e conteúdos previamente marcados pelo Professor Orientador, conforme cronograma de Estágio Supervisionado.

§ 2º o(a) **aluno(a)-estagiário(a)** disporá de no mínimo 20 (vinte) minutos e no máximo 40 minutos para exposição e cada examinador de 5 (cinco) minutos para arguições, podendo este limite ser prorrogado a critério do Professor Orientador.

§ 3º Depois de encerradas as arguições, os componentes da banca reunir-se-ão, em sessão reservada, e atribuirão conceitos **Suficiente ou Insuficiente** para a aula em julgamento, com justificativa para o (a) aluno (a)-estagiário (a).

Capítulo XIV

7. Da Comprovação

Art. 32º O (a) **aluno(a)-estagiário(a)** deverá apresentar para o Professor Orientador, na data estipulada por este, um Portfólio contendo todos os documentos obrigatórios, comprovando todas as atividades desenvolvidas durante o período do Estágio.

Art. 33º Os documentos obrigatórios do Portfólio, que atestam o cumprimento de cada fase do Estágio Curricular Supervisionado, compõem-se de:

1. Fichas de Observação (Anexo 01);

2. Ficha de Atividades de Estágio (Anexo 02);
3. Projeto Educacional (Anexo 03);
4. Planos de Aula de Regência (Anexo 04);
5. Relatório do Estágio (Anexo 05 e 06).

Art. 34º O Professor Orientador deverá apresentar ao Coordenador de Estágio Supervisionado, na data por este estipulada, os seguintes documentos comprobatórios de sua supervisão: cronograma de atividades previstas, ficha de controle de carga horária do Estágio Supervisionado e Ficha de avaliação da aula do aluno, com exceção do Estágio de Gestão, onde ela não se aplica.

Capítulo XV

8. *Da Redução de Carga Horária*

Art. 35º Estudantes que trabalham nas funções abrangidas pelo Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório terão direito à redução da carga horária de, no máximo, 50% do total de estágio em campo de cada disciplina (RESOLUÇÃO CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002), conforme o estabelecido a seguir:

a. Terão direito a redução de carga horária em até 50% na carga horária do Estágio Docente na Educação Infantil, para as horas de estágio em campo, os estudantes que atuam como professor na Educação Infantil em pré-escolas ou em creches.

b. Terão direito a redução de carga horária em até 50% na carga horária do Estágio Docente nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, para as horas de estágio em campo, os estudantes que atuam como professor na(s) Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

c. Terão direito a redução de carga horária em até 50% na carga horária do Estágio Docente na Educação de Jovens e Adultos, para as horas de estágio em campo, os estudantes que atuam como professor nas séries iniciais e/ou alfabetização na EJA.

d. Terão direito a redução de carga horária em até 50% na carga horária do Estágio de Gestão Escolar, para as horas de estágio em campo, os estudantes que atuam em cargos de gestão em instituições de ensino.

Art. 36º O (a) aluno (a)-estagiário (a) requerente deverá apresentar ao Professor Orientador, a título de comprovação:

- I. Comprovante de vínculo empregatício;

II. Declaração emitida pela unidade escolar, em papel timbrado e respectivo(s) carimbo(s) do(s) dirigente(s) e seu(s) registro(s) de autorização, contendo as seguintes informações: área de docência, nível de ensino e séries, período da regência escolar. E, no caso do Estágio em Gestão escolar, deverá apresentar as informações: área de gestão e período de atuação.

Art. 37º O (a) aluno (a)-estagiário (a) que já for regente da disciplina objeto de registro do Estágio não será dispensado das aulas da disciplina Prática de Ensino no IF Goiano ó Campus Morrinhos, dos Projetos Pedagógicos, nem da apresentação dos documentos comprobatórios. Deverá ministrar, também, pelo menos, **05 (cinco) aulas** para serem avaliadas pelo Professor Orientador, sendo 01 (uma) em cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado, conforme o disposto **no parágrafo primeiro do Art. 28** deste Regulamento.

Art. 38º As atividades desenvolvidas na escola campo como monitoria, tutoria e participação em projetos não possibilitam uma redução de carga horária.

Parágrafo Único: Caberão visitas e/ou contatos telefônicos com a Instituição Concedente para observância das informações declaradas. A redução da carga horária ocorrerá segundo o tempo de serviço e comprovação das horas trabalhadas na modalidade específica de ensino a qual o estágio está vinculado. Em caso de discordância ou conflito, a documentação será analisada pelo Colegiado do Curso que deliberará a respeito.

Capítulo XIV

9. *Das Disposições Transitórias*

Art. 39º É proibida a realização do Estágio Supervisionado em turmas regidas por graduandos do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IF Goiano, exceto se todas as atividades do (a) Professor (a) Regente/graduando (a) do Curso de Pedagogia do IF Goiano ó Campus Morrinhos forem conduzidas ãin locoõ pelo Coordenador Pedagógico da Instituição Concedente.

Art. 40º Na hipótese de o aluno apresentar documentação em desacordo com o presente regulamento ou com falhas na elaboração, a mesma será devolvida para os devidos ajustes.

Art. 41º O não cumprimento da regência, no período estabelecido pelo Professor Orientador, implicará na reprovação do (a) aluno (a)-estagiário (a).

§ 1º O (a) aluno (a)-estagiário (a) poderá solicitar prorrogação do prazo supramencionado ao Coordenador de Estágio, mediante apresentação de requerimento escrito, assinado por ele e com visto

do Professor Orientador, contendo justificativa comprobatória que impediu a viabilização da regência na(s) data(s) pré-estabelecida(s).

§ 2º O prazo para apresentação do requerimento, previsto no § 1º, não deverá exceder a **quinze dias corridos, contados da data estipulada pelo Professor Orientador para o término da regência supervisionada.**

Art. 42º Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo **Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia** do Instituto Federal Goiano ó Campus Morrinhos.

Art. 43º O presente regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal Goiano ó Campus Morrinhos, revogando-se as disposições contrárias.

Morrinhos, 08 de Setembro de 2015.

Anexo 01

Disciplina: _____

Período: _____ - _____ semestre _____

Professor (a) Supervisor (a) : _____

Aluno (a) Estagiário (a): _____

Instituição Concedente: _____

FICHA DE OBSERVAÇÃO

Data	Descrição da Observação	C.H	Assinatura do(a) Professor (a) Supervisor (a)¹

TOTALIZAÇÃO DE CARGA HORÁRIA CUMPRIDA	horas/aula
--	-------------------

 Aluno (a) Estagiário (a)

 Professor (a)

Supervisor (a)

¹ Além do Professor Supervisor, podem assinar tal documento o Professor-Regente, o Coordenador Pedagógico, o Diretor Escolar ou qualquer outra autoridade escolar competente e designada pela Instituição Concedente.

Anexo 02

Disciplina: _____

Período: _____ - _____ semestre _____

Professor (a) Supervisor (a) : _____

Aluno (a) Estagiário (a): _____

Instituição Concedente: _____

FICHA DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Data	ATIVIDADE	C.H	Assinatura do(a) Professor (a) Supervisor (a)²

TOTALIZAÇÃO DE CARGA HORÁRIA CUMPRIDA	horas/aula
--	-------------------

 Aluno (a) Estagiário (a)

 Professor (a) Supervisor

(a)

²Além do Professor Supervisor, podem assinar tal documento o Professor-Regente, o Coordenador Pedagógico, o Diretor Escolar ou qualquer outra autoridade escolar competente e designada pela Instituição concedente.

Anexo 03**PROJETO EDUCACIONAL**

Capa

Folha de Rosto

Sumário

1- IDENTIFICAÇÃO

1.1 Título:

1.2 Autor:

1.3 Finalidade:

1.4 Instituição:

1.5 Período de realização:

1.6 Público Alvo

2 - Introdução

3 - Justificativa e fundamentação teórica

4 - Objetivos

4.1 ó Geral

4.2 ó Específicos

5 - Metodologia

6 - Cronograma

7 - Resultados Esperados

8 - Referências

Professor (a) Supervisor (a)

Profª. xxxxxxxxxxxxxx
Coord. Estágio Supervisionado

Profª. xxxxxxxxxxxxxxxx
Coordenadora do Curso de Pedagogia

Anexo 04
PLANO DE AULA

Curso: Licenciatura em Pedagogia Período: _____ - _____ semestre _____ Professor(a) Supervisor (a): _____ Disciplina: _____
Aluno(a) Estagiário(a): _____ Instituição: _____ Período/Ano: _____ Nº de aulas: _____
Eixo Temático: _____
Conteúdo: _____ _____
Objetivo (s): _____ _____
Procedimento (s) Metodológico(s): _____ _____ _____
Desenvolvimento: _____ _____
Referências:

Aluno(a) Estagiário(a)

Professor (a) Regente ou Professor (a) Supervisor (a)

ANEXO 05

ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO (Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e EJA)

O Relatório de estágio a ser entregue no final de cada estágio deverá conter:

a) Descrição de como foi realizada a coleta de dados para o conhecimento da realidade, análise e levantamento das necessidades. Tanto em nível geral de instituição, como também de forma mais específica com os sujeitos implicados no desenvolvimento da prática de estágio.

b) A descrição de como aconteceram as práticas: - escolha do tema trabalhado, qual foi o envolvimento do grupo e as intervenções dos estagiários. - A forma de condução das estratégias. - A motivação ou não do grupo. - As formas de mediação utilizadas durante o desenvolvimento do trabalho. - As dificuldades ou facilidades do processo.

c) A análise das problemáticas surgidas durante o estágio, apoiando-se em referenciais teóricos estudados ao longo do curso ou em referenciais que ajudem a pensar e repensar as questões de ensino e de aprendizagem que se fizeram presentes durante a prática pedagógica.

d) O desenvolvimento de uma síntese conclusiva do referido estágio, onde deverão constar os aspectos relevantes da prática, tópicos que poderiam ser melhorados e as aprendizagens significativas ocorridas a partir dessa prática.

e) Elementos que devem conter o Relatório:

Capa: deve conter os dados de identificação.

Folha de rosto: deve conter os elementos indispensáveis a identificação do trabalho. Dedicatória (opcional)

Epígrafe (opcional)

Sumário: apresenta as principais divisões do trabalho.

1- Introdução: é a parte inicial do trabalho que assinala a sua relevância, as interpretações do autor, a importância do tema, os objetivos do trabalho, enunciando seu problema, sua tese e os procedimentos que serão adotados. Ao ler a introdução, o leitor deve compreender o teor da atividade que foi realizada. A introdução deve ser simples, sintética, abordando de forma clara a questão proposta.

2- Diagnóstico da Realidade Escolar - Perfil/ caracterização da Escola.

3- Projeto de Intervenção ó conter a proposta de intervenção que foi realização da instituição-campo.

4 ó Relatos da Prática Docente ó descrever e analisar as principais atividades realizadas durante o estágio numa perspectiva de análise crítica da práxis educativa.

5- Considerações Finais: Comentários gerais onde se manifesta o ponto de vista pessoal sobre os relatos e as reflexões realizadas nos itens anteriores. Apresenta uma síntese das ideias apresentadas anteriormente, com posicionamento do(s) autor(es).

6- Referências: Redigir conforme normas técnicas da ABNT.

7- Anexos: Os documentos obrigatórios fornecidos pela coordenação de estágio ou pela escola dentre outros. Textos ou documentos não elaborados pelo autor, que servem de fundamentação, comprovação e ilustração.

8- Apêndices: textos ou documentos elaborados pelo autor, que servem de fundamentação, comprovação e ilustração.

ANEXO 06

ORIENTAÇÕES PARA ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA GESTÃO ESCOLAR

Caro aluno, Neste período você realizará as atividades de Estágio Supervisionado na gestão educacional. Sabemos que a gestão escolar atual é norteadas por mudanças no mundo social, econômico, político e cultural e se direciona para:

- uma gestão escolar que atue de maneira autônoma, fundamentando sua prática em processos participativos, democráticos, em que o coletivo da escola contribua para a definição e formulação do projeto político-pedagógico, dos objetivos educacionais e institucionais, das tomadas de decisão;
- uma gestão escolar que atue de forma compartilhada, em que o diálogo, a solidariedade, a compreensão e respeito ao outro caminhem em direção a uma maior valorização das pessoas do que dos processos educativos, o que torna a ação de gerir a escola menos burocrática, portanto, mais humana e capaz de transformar a realidade.

A Gestão Escolar compreende a gestão administrativa, financeira, pedagógica e de recursos humanos.

- A gestão administrativa deve incumbir-se da parte física e burocrática da escola, que compreende o prédio, equipamentos, materiais, legislação e atividades de secretaria. E também deve dar conta do financeiro da escola.
- A gestão pedagógica define a linha de ensino, as metas a serem atingidas, levando em conta os objetivos e o perfil de seus alunos. Deve avaliar o rendimento das práticas adotadas, para detectar e corrigir eventuais erros se necessário, juntamente com a equipe de professores envolvidos.
- A gestão de recursos humanos é a mais delicada e de importância fundamental. O bom andamento das atividades escolares depende de manter as pessoas trabalhando satisfeitas e motivadas para que possam render o máximo em suas atividades.

Iniciemos a atividade de Estágio Supervisionado, com o objetivo de aproximarmos-nos dessa realidade e apreendermos seus diversos significados.

1- IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Qual o nome da escola e a origem desse nome?

Onde está localizada (rua, bairro, próximo aos bairros....)?

Qual é o número do decreto de criação da escola?

Em que época foi fundada a escola?

Qual era o governo vigente na época?

Estrutura administrativa e pedagógica

- Diretor/a - formação - cargo
- Vice-diretor/a ó formação - cargo
- Coordenador - formação - cargo
- Secretário/a ó formação - cargo
- Auxiliares de secretaria ó formação - cargo
- Funcionários ó especificar serviços - cargo

Horário de funcionamento ó chegada/saída ó forma como a escola recebe o aluno no dia-a-dia.

Modalidades e níveis de atendimento ó nº de alunos matriculados ó

Nº de professores e funcionários.

- Formação dos professores ó graduação e pós-graduação.

2- CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:

- Histórico da instituição
- Contexto ó situar a escola em relação ao entorno, além de descrever atividades de lazer, cultura ou outras que ocorrem na escola e na comunidade escolar.
- Estrutura física ó Área do prédio, nº de blocos construídos, nº de salas de aula, biblioteca, secretaria, cantina, pátio, banheiros, quadras, jardim, horta, pomar... outros ambientes.
- Recursos financeiros ó fonte.

- Recursos pedagógicos utilizados por professores e alunos.
- Relação escola e comunidade ó entorno, pais de alunos, parceiros

OBS: se for permitido, fotografe os espaços da escola.

3- OS FUNDAMENTOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

Na atividade anterior você conheceu a História da escola e como a ela se organiza e se utiliza dos tempos e espaços escolares e também dos recursos e materiais pedagógicos. Nessa atividade, propomos a retomada do Projeto Político Pedagógico como instrumento importante para a prática educativa e formação dos alunos.

É chegado o momento de você aprofundar ainda mais o seu olhar investigativo de aluno(a) ó estagiário(a) a respeito do Projeto Político Pedagógico da Escola.

SENDO ASSIM:

- Solicite à equipe pedagógica da escola o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino na qual você está estagiando leia-o, interprete-o, analise-o e faça seus registros.

A seguir, algumas perguntas que poderão lhe ajudar no conhecimento e análise do documento óPPPö: .

- Qual é a missão da escola? Quais são os objetivos? Quais são os princípios fundamentais dessa proposta? Como o PPP trata a da relação com a comunidade? Que concepção de avaliação está proposta no PPP? Como está estruturado o processo de avaliação? Como está estruturado o currículo escolar? . A partir do PPP é possível perceber se há a preocupação com a formação para a cidadania? Você acha que isso é importante hoje na escola? O que dizem os autores sobre o PPP e a formação da cidadania?
- Qual é a proposta de planejamento dessa escola? Os planejamentos são feitos de forma coletiva ou individual, entre os professores? Os planejamentos são orientados? Por quem? Existe um trabalho de ajuda mútua entre os professores no que se refere aos vários elementos que compõem o PPP? Os professores planejam e executam atividades em comum? - Como o PPP prevê a organização dos processos de formação continuada dos professores? Na prática, como isso ocorre?
- Que outros aspectos do PPP, você gostaria de registrar?

4- CONHECENDO O PAPEL DO GESTOR EDUCACIONAL

1) Levantamento de dados sobre a equipe gestora da escola (diretor/a, vice diretor)

- Tempo de trabalho na área da educação
- Tempo de trabalho nesta escola
- Tempo como diretor /vice-diretor desta escola ó forma de ingresso
- Experiência em sala de aula
- Tipos de atividades que o gestor realiza: a)Administrativa b)Pedagógica c) Financeira d) Outras
- Rotinas administrativas, pedagógicas e financeiras da equipe gestora na escola
- Nível de satisfação no desempenho das funções
- Nível de insatisfação no desempenho das funções
- Principais dificuldades
- Relação com a comunidade escolar sobretudo pais de alunos
- Acompanhamento do trabalho pedagógico
- Acompanhamento do trabalho docente
- Percepção dos gestores sobre do processo ensino e aprendizagem na escola
- Percepção dos gestores sobre o sistema de avaliação adotado na escola: Solicite à equipe pedagógica da escola o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino da qual você está estagiando leia-o, interprete-o, analise-o e faça suas anotações.
 - Visão sobre o colegiado escolar
 - Visão sobre o Projeto Político Pedagógico da escola
 - A concepção de gestão presente na prática dos gestores da escola.

r) Como os gestores lidam com: - funcionários - professores - alunos - comunidade externa

5- CONHECENDO A SECRETARIA DA ESCOLA

- a) Nº de funcionários ó atividades de cada um
- b) Horário e formas de atendimento ao aluno, professor e comunidade
- c) Atividades realizadas no dia-a-dia
- d) Período de matrícula
- e) Forma de agrupamento dos alunos
- f) Informatização dos serviços ó se ocorre ou não
- g) Formas de registro e arquivamento da vida do aluno
- h) Formas de registro e arquivamento da vida do professor e funcionários
- i) Principais dificuldades no trabalho de secretaria

6- O PAPEL DO SUPERVISOR NA GESTÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA

- a) Quantos supervisores a escola tem?
- b) Funções
- c) Atividades cotidianas
- d) Atribuições quanto a: formação dos professores, atendimento aos alunos, rendimento e progressão dos alunos, formas de recuperação da aprendizagem
- e) Aspectos facilitadores do trabalho do supervisor
- f) Aspectos dificultadores do trabalho do supervisor
- g) Visão sobre a gestão da escola

7- VISÃO DO ALUNO SOBRE A ESCOLA

- a) Opção por esta escola
- b) Nível de satisfação com a escola
- c) Vantagens de um ensino presencial
- d) Aspectos facilitadores e /ou dificultadores do processo de aprendizagem
- e) Visão sobre a gestão da escola

8- VISÃO DO PROFESSOR/FUNCIONÁRIO SOBRE A ESCOLA

- a) Opção por esta escola
- b) Nível de satisfação com a escola
- c) Vantagens do ensino presencial
- d) Aspectos facilitadores e/ou dificultadores do processo de aprendizagem
- e) Visão sobre a gestão da escola

APÊNDICE 2 - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CURSO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este documento tem por finalidade estabelecer os critérios para a elaboração do Trabalho de Curso (TC) do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, desde sua constituição até a apresentação final, no Instituto Federal Goiano (IF Goiano), Campus Morrinhos.

Art. 2º Os TCs, do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia serão regidos pelo Regulamento dos Cursos de Graduação do IF Goiano, pelo Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia vigente, por editais e atos normativos aprovados pelo Colegiado do Curso e por este Regulamento.

Art. 3º O TC é parte dos requisitos para a obtenção do grau e diploma de Licenciado em Pedagogia, conforme estabelecido pelo Projeto Pedagógico do referido curso.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Art. 4º O TC tem por finalidade criar condições que introduzam o graduando da Pedagogia na iniciação à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com vistas à formação do professor/pesquisador, a fim de atuar na Educação Infantil e Ensino Fundamental, considerando o planejamento, o desenvolvimento, a organização e a redação do trabalho segundo padrões científicos.

Art. 5º Constituem os objetivos do TC:

- I - Propiciar ao acadêmico a iniciação à pesquisa científica, mediante o aprofundamento de estudos em áreas de sua formação, em consonância com o Curso de Licenciatura em Pedagogia;
- II - Promover a qualificação do graduando na elaboração de projetos e relatórios de natureza acadêmica;
- III - Estimular a prática de estudos científicos, objetivando viabilizar a autonomia teórica e metodológica.

CAPÍTULO III DA CONCEPÇÃO E DAS MODALIDADES

Seção I

Da Concepção

Art. 6º O TC consiste na elaboração de um trabalho que demonstre sua capacidade de delimitação do objeto de pesquisa e formulação de problema/s, com base nos conhecimentos construídos e nas experiências adquiridas durante o Curso de Licenciatura em Pedagogia.

§ 1º A dinâmica do TC inicia-se com a escolha do objeto a ser investigado, em seguida, o discente apresentará o tema de seu trabalho à coordenação de TC, que decidirá conjuntamente como o Colegiado do Curso, o Professor Orientador.

§ 2º A existência de um professor coorientador ficará a critério da aprovação do Professor Orientador.

Art. 7º Para ser credenciado como Professor Orientador, de acordo com o que prevê o art. 70 do regulamento dos cursos de graduação do IF Goiano, o docente deverá atuar ou ter atuado no Curso de Pedagogia e estar lotado no *Campus* em que o curso está sendo ofertado.

Art. 8º O TC poderá contemplar o todo ou parte de um projeto definido pelo orientador.

Art. 9º A carga horária prevista para o Trabalho de Curso (TC) é de 80 horas distribuídas entre atividades de pesquisa teóricas, práticas e encontros de orientação.

Art. 10º O aluno deverá protocolar o formulário de proposta de TC, junto ao coordenador de TC, a partir da segunda metade do curso, com no máximo duas dependências.

Seção II

Da Modalidade

Art. 11º O TC do Curso de Licenciatura em Pedagogia será na forma de monografia.

§ 1º A monografia constitui-se de texto escrito segundo métodos e normas técnicas de pesquisa, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou Manual de trabalho acadêmico da instituição, quando houver.

§ 2º A monografia como resultado de pesquisa científica pressupõe natureza investigativa, resultante de pesquisas teóricas, de campo ou experimentais ou de experiências adquiridas durante o curso nas aulas, estágios curriculares e extracurriculares, de participação em eventos científicos ou de experiências advindas de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO IV

DA ORIENTAÇÃO, APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO

Seção I

Da Orientação

Art. 12º As atividades desenvolvidas durante o TC serão coordenadas por um professor orientador, subordinado ao coordenador de TC e este ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Os editais e cronogramas referentes ao TC serão homologados pelo coordenador de TC e pelo Colegiado do Curso.

§ 1º O coordenador de TC será um docente indicado pelo coordenador de curso e aprovado pelo colegiado. E na ausência de um coordenador de TC o coordenador do curso assumirá as atribuições até que um coordenador seja instituído.

Art. 13º A orientação do TC será de responsabilidade de um professor do Curso de Pedagogia ou de área afim do quadro docente do IF Goiano - *Campus Morrinhos* que atue, ou tenha atuado no curso de Pedagogia e que esteja lotado no *Campus Morrinhos*

Art. 14º O aluno, após obter o aceite do Professor Orientador, deverá preencher o Termo de Compromisso (Anexo 1), a ser assinado pelo aluno e pelo Professor Orientador e entregue ao Coordenador de TC.

Art. 15º Serão exigidos um mínimo de quatro encontros por semestre, entre o Professor Orientador e o aluno, com frequência controlada na Ficha de Acompanhamento de Atividades (Anexo 2). Esses registros deverão conter o visto do Professor Orientador, a descrição da tarefa solicitada e a assinatura do aluno.

Parágrafo Único. Cabe ao orientador preencher essa ficha, registrando as atividades desenvolvidas e entregá-la ao final do semestre ao coordenador de TC.

Art. 16º Encontros via e-mail entre orientador e acadêmico serão permitidos e deverão ser registrados no formulário de atividades. No entanto, estes não poderão contar como número mínimo de encontros semestrais.

Parágrafo Único - Cabe ao aluno procurar o Professor Orientador em seus horários de atendimento com fins de orientação.

Art. 17º O aluno que não mantiver contatos regulares com o Professor Orientador, será advertido por escrito pelo Professor Orientador que, em caso de reincidência, poderá desistir da orientação do acadêmico, via documento protocolado, encaminhado ao coordenador de TC, denominado Ficha de Desligamento de Orientação (Anexo 3).

Parágrafo Único - Em caso de desistência por parte do Professor Orientador ela deverá acontecer formalmente por meio do preenchimento de formulário específico (anexo 3). Caberá ao aluno procurar outro Professor Orientador que o aceite e reiniciar todo o processo regimental.

Art. 18º Caberá ao Colegiado do Curso a distribuição equitativa de orientandos, respeitando as linhas de pesquisa, áreas de atuação e interesse dos docentes do curso.

Art. 19º A eventual troca de Professor Orientador poderá ocorrer desde que haja necessidade expressa e esta deverá ser autorizada pelo Colegiado do Curso. O Colegiado terá até oito dias úteis, a partir da data de entrega da solicitação e justificativa por parte do aluno, para emitir parecer quanto à substituição do Professor Orientador.

Parágrafo Único - A substituição do professor orientador deverá ser solicitada por escrito (Ficha de Substituição de Orientador ó Anexo 4) e entregue ao professor Coordenador do TC até 120 (cento e vinte) dias antes da data prevista para a apresentação do TC. O aluno deverá ser comunicado oficialmente no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data de entrega da solicitação pelo Coordenador de TC a respeito da decisão quanto à substituição de orientador.

Seção II

Da Apresentação

Art. 19º Somente os discentes que cumpriram todos os demais requisitos para a obtenção do grau e do diploma do Curso de Licenciatura em Pedagogia poderão requerer a apresentação do TC.

Parágrafo único. A Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia só poderá acatar a data de apresentação após a verificação do cumprimento dos requisitos de apresentação estabelecidos pelo *caput* deste artigo.

Art. 20º A apresentação do TC ocorrerá nas formas escrita e oral.

§ 1º Para a avaliação em banca, o acadêmico deverá entregar 3 vias do trabalho (uma para cada membro da banca), encadernadas e rubricadas pelo Professor Orientado - com 30 (trinta) dias corridos de antecedência da data da defesa. Além disso, deverá entregar ao coordenador de TC o Formulário de Encaminhamento para Banca Avaliação (Anexo 5) e da Ficha de Acompanhamento das Atividades (Anexo 2).

§ 2º Somente serão alteradas datas das bancas mediante a protocolização de justificativa legal ou a pedido do Professor Orientador.

Art. 21º A apresentação oral do TC tem caráter público.

§ 1º A data da apresentação oral do TC será definida pelo Orientador com a anuência dos membros da Banca de Avaliação e do Coordenador de TC, No caso de remarcação, faz-se necessária a apresentação de nova solicitação, junto ao Coordenador de TC.

§ 2º A apresentação oral do TC deverá ter duração mínima de 20 minutos e máxima de 30 minutos, quando em seguida, cada membro da Banca de Avaliação terá individualmente 10 minutos para questionamentos. Em seguida o aluno terá 10 minutos para réplica.

Seção III

Da Avaliação

Art. 22º A Banca de Avaliação será composta pelo Professor Orientador, professor coorientador, quando houver, e dois outros professores convidados.

Parágrafo Único. O Professor Orientador atuará como Presidente da Banca de Avaliação, sendo responsável pelo ordenamento dos trabalhos.

Art. 23º A aprovação do aluno no TC é definida pela Banca de Avaliação mediante a comprovação de desempenho mínimo exigido para um trabalho dessa natureza (nota 6,0 na ficha de avaliação - anexo 6), nas modalidades oral e escrita.

§ 1º A Banca de Avaliação poderá aprovar o TC com ressalvas, ficando o aluno obrigado a:

- a) Realizar todas as alterações apontadas pela Banca de Avaliação;
- b) Entregar ao professor orientador a nova cópia alterada juntamente com quaisquer anotações entregues ao aluno pelos membros da Banca de Avaliação, no prazo de 30 (trinta) dias úteis;
- c) Aguardar deferimento do Professor Orientador, que deverá se certificar de que as alterações foram realizadas.

Art. 24º O Professor Orientador deve apresentar aos membros da Banca de Avaliação apreciações que levem em consideração:

- I - o interesse do Aluno;
- II - a frequência do Aluno às reuniões de orientação;
- III - a qualidade do trabalho final, no que concerne à sua essência, conteúdo e forma.

Art. 25º A avaliação será registrada em Ata de Defesa (Anexo 8), preenchida pelo Presidente da Banca de Avaliação.

Art. 26º Verificada a ocorrência de plágio total ou parcial ou até mesmo auto-plágio a qualquer tempo, o TC será considerado nulo e o aluno será reprovado.

Art. 27º Após a Banca de Avaliação do TC o aluno deverá entregar uma cópia impressa e encadernada em capa dura e outra digital, em CD, da versão final do TC à Coordenação de TC, com as correções solicitadas pela Banca de Avaliação, em conjunto com o formulário de encaminhamento de entrega da versão final. (Anexo 11).

Parágrafo único. O prazo para entrega da versão final do TC será de até 60 (sessenta) dias corridos, após a defesa.

Seção IV

Do Resultado da Avaliação

Art. 28º Ao final da apresentação a Banca de Avaliação determinará o resultado da apresentação escrita e oral do trabalho, que poderá ser:

- I - Aprovado;
- II - Aprovado com ressalvas;
- III - Reprovado.

§ 1º O aluno aprovado com ressalvas deverá apresentar a versão final do TC conforme o Art. 16, §1º deste regulamento, sob pena de reprovação.

Art. 29º O aluno reprovado na defesa do TC deverá matricular-se novamente iniciar todos os procedimentos regimentais para a nova execução do trabalho.

Parágrafo único. O não comparecimento na sessão pública de defesa implicará na reprovação do aluno, salvo mediante apresentação de justificativas legais.

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 30º Compete à Coordenação do TC:

- I - Promover reunião de orientação geral junto aos alunos e Professores Orientadores;
- II - Elaborar e divulgar calendário específico para cumprimento de prazos das atividades relacionadas ao TC;
- III - Convocar, se necessário, os professores orientadores para discutir questões relativas ao desenvolvimento dos trabalhos;

IV - Conduzir ao Colegiado do curso as solicitações de substituição de orientador quando solicitado pelo aluno e/ou quando houver desistência do professor(a) orientador(a);

V - Divulgar as informações referentes às apresentações (data, horário e local);

VI - Trabalhar conjuntamente com o Colegiado do Curso no desenvolvimento das atividades relativas ao TC;

VII - Solicitar sala e material audiovisual e de suporte à defesa, e informar à Banca de Avaliação e ao aluno, o local, a data, e a hora da defesa do TC.

VIII - Formalizar a avaliação do TC, por meio de Ata e encaminhar para a Coordenação de Registros Acadêmicos do IF Goiano *Campus* Morrinhos;

IX - Tomar providências cabíveis quando ocorrer o descumprimento de suas responsabilidades, por parte dos envolvidos (professor e aluno).

Art. 31º Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar ao aluno na escolha do tema de pesquisa, no preparo e na elaboração do TC;

II - Colaborar na elaboração do plano de trabalho e analisar o trabalho final;

III - Sugerir os membros da Banca de Avaliação, inclusive o suplente;

IV - Agendar a defesa junto aos membros da Banca de Avaliação respeitando os prazos regimentais;

V - Comunicar oficialmente à Coordenação de Curso os procedimentos descritos, por meio de Ata e requerer os procedimentos formais, por meio de formulário próprio;

VI - Encaminhar o TC ao Coordenador de TC;

VII - Presidir a Banca de Avaliação de defesa do TC;

VIII - Exercer as demais funções inerentes às atividades de orientação;

Art. 32º Compete ao aluno:

I - Apresentar o objeto do trabalho a ser desenvolvido ao Coordenador de TC, em conformidade com as áreas do Curso de Pedagogia e com a disponibilidade de professores para orientação;

II - Consultar professores para a orientação do seu trabalho;

III - Informar-se e cumprir os prazos, as normas e regulamentos do TC;

IV - Cumprir o plano e o cronograma estabelecidos em conjunto com o Professor Orientador;

V - Atender às recomendações do Professor Orientador;

VI - Subsidiar os custos das cópias encadernadas em espiral e em brochura e impressões necessárias;

VII - Providenciar todo o material para a apresentação do seminário e defesa do TC no âmbito de sua competência;

VIII - Responsabilizar-se pela idoneidade do trabalho realizado.

Art. 33º Compete à Banca de Avaliação:

I- Analisar previamente o TC, apresentar sugestões para a sua melhoria e formular questionamentos para a argumentação do acadêmico no momento de apresentação;

II. Reunir-se em local, data e horário, previamente estabelecidos pelo coordenador de TC, para a apresentação do trabalho pelo acadêmico;

III. Avaliar a apresentação e o TC de acordo com os critérios contidos em ficha de avaliação e normas estabelecidas em regulamento específico.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 34º Na falta do Coordenador do TC, o coordenador do curso assumirá as atribuições de sua competência até que um novo Coordenador de TC seja instituído.

Art. 35º Os custos da elaboração, apresentação e entrega final do TC ficam a cargo do aluno;

Art. 36º No caso de pesquisas realizadas com seres humanos, será necessária aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (CEP/IF Goiano);

Art. 37º Os casos não previstos neste regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso;

Art. 38º Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Morrinhos, 08 de Setembro de 2015.

ANEXOS

Termo de compromisso do Professor Orientador de TC
Ficha de Acompanhamento das Atividades
Desligamento de Orientação
Ficha de Substituição de Orientador
Formulário de Encaminhamento para Banca Avaliação
Ficha de avaliação em Banca de TC
Ficha de avaliação do Orientador TC
Ata de defesa
Ficha de Ocorrências Gerais
Termo de compromisso para realização de TC em empresa
Formulário de encaminhamento de entrega da versão final

Anexo 1**TERMO DE COMPROMISSO PARA ORIENTAÇÃO DE TC**

Eu, _____

Professor (a) desta Instituição, SIAPE _____, declaro para os devidos fins, estar de acordo em assumir a orientação do Trabalho de Curso do(a)

aluno(a): _____

_____ e-mail: _____

cel.: _____

Possui coorientação: () não () sim: _____

Envolve outra Instituição ou empresa: () não () sim: _____

Se sim, preencher e apresentar o anexo 10.

Morrinhos, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Professor Orientador

Assinatura do(a) Aluno(a)

Anexo 2

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES

TÍTULO DO TRABALHO			
Acadêmico (a)			
e-mail:		Telefone:	
Professor Orientador (a):			
<i>DATA DA ORIENTAÇÃO</i>	<i>DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES</i>	<i>ASSINATURAS</i>	
		<i>Orientador(a)</i>	<i>Acadêmico(a)</i>
/ /			
/ /			
/ /			
/ /			
/ /			

Anexo 3

**TERMO DE DESISTÊNCIA DE ORIENTAÇÃO DO TC PELO PROFESSOR
ORIENTADOR**

Eu, _____, professor(a)
desta Instituição, declaro para os devidos fins, desistir da orientação do Trabalho de Curso do(a)
aluno(a): _____

Motivo da desistência:

Morrinhos, _____, de _____ de 20____.

Orientador(a)

Parecer do Colegiado: () deferido () indeferido, registrado em Ata _____

Anexo 4**TERMO DE DESISTÊNCIA DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CURSO, PELO ALUNO.**

Eu, _____, aluno(a) desta Instituição, CPF _____, declaro, para os devidos fins, desistir da orientação do Professor Orientador _____.

Motivos da desistência:

Obs: Esta solicitação somente poderá ser requerida com tempo mínimo de 90 dias úteis antes da banca final e deverá ser entregue junto com o TERMO DE COMPROMISSO DO PROFESSOR ORIENTADOR DO TRABALHO DE DE CURSO .O ALUNO NÃO PODERÁ DEFENDER SEU TC SEM POSSUIR UM PROFESSOR ORIENTADOR.

Morrinhos, _____ de _____ de 20____.

Acadêmico(a)

Parecer do Colegiado: () deferido () indeferido, registrado em Ata _____

Anexo 5

Formulário de Encaminhamento do TC para Banca de Avaliação

Morrinhos, ____/____/____.

Como orientador(a) do trabalho de curso intitulado

_____ encaminhado para apresentação oral em banca de defesa pública, o Trabalho de Curso do(a) aluno(a) _____.

ATENÇÃO!	
O coordenador de TC somente receberá a documentação completa	Verificação
1. Anexar: 3 exemplares do TC encadernados em espiral e rubricados pelo orientador, e os demais documentos, conforme o Regulamento.	()
2. Anexar: acompanhamento de atividades	()
3. Anexar: Termo de compromisso para realização de TC em empresa ou outras instituições ó se o TC envolveu outra instituição além do IFGoiano-campus Morrinhos	()
4. Anexar: Termo de aprovação na Comissão de ética em pesquisa (CEP)	()

Assinatura do Professor Orientador

Assinatura do(a) Aluno(a)

Anexo 6

Ficha de Avaliação em Banca de TC

Título:
Aluno(a):

Parte 1 ó Avaliação do Trabalho Escrito ó 6,0

Estrutura do TC	Valor Atribuído		Média
	Banca 1	Banca 2	
Introdução (máx. 1,0)			
Objetivos (máx. 1,0)			
Considerações Finais (máx. 0,5)			
Metodologia (sequência lógica e utilização de parâmetros quantitativos/qualitativos) (máx. 1,0)			
Resultados (claros e condizentes com o objetivo e metodologia proposta) / Discussão (máx. 2,0)			
Cumprimento das normas do Regulamento do TC (máx. 0,5)			
Soma total Parte 1(T1)			

Parte 2 ó Avaliação da Apresentação Oral ó 4,0

Apresentação	Valor Atribuído		Média
	Banca 1	Banca 2	
Apresentação, didática (máx. 0,5)			
Domínio do conteúdo (máx. 1,5)			
Uso adequado de recursos (máx. 0,5)			
Arguição (máx. 1,5)			
Soma total Parte 2 (T2)			
Nota Final (T1+T2)			

Morrinhos, _____ de _____ 20____.

Banca de Avaliação	Assinatura

Anexo 7

Ficha de Avaliação do Orientador do TC

Título:
Aluno(a):

Avaliação do Desenvolvimento do Acadêmico (a)	Valor Atribuído
	Valor de 0 a 1 ponto para cada item
1. Escrita do TC	
2. Referências utilizadas no TC conforme ABNT	
3. Assiduidade e pontualidade nos encontros de orientação	
4. Interesse e dedicação na execução do TC	
5. Elaboração das correções sugeridas pelo orientador e reapresentação na data estabelecida	
6. Iniciativa	
7. Postura do aluno durante a orientação	
8. Realização de todas as etapas propostas do TC	
9. Demonstração do aprendizado ao longo do desenvolvimento com o TC	
10. Cumprimento das normas do Regulamento do TC	
Soma Total	

Avaliador	N ota do TC	Média Final Nota do (orientador + banca)/2	Parecer da Banca Examinadora
Orientador			<input type="checkbox"/> Aprovado <input type="checkbox"/> Aprovado desde que atendidas as recomendações mencionadas <input type="checkbox"/> Reprovado <input type="checkbox"/> Não compareceu
Média da Banca de Avaliação			

Morrinhos, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) Professor Orientador

Anexo 8
Ata da Defesa

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CURSO 6 TC

No dia _____ de _____ de 20____, às _____ horas, nas dependências do Instituto Federal Goiano, Campus Morrinhos, ocorreu a banca de defesa do trabalho de curso (TC) intitulado: _____ do(a) aluno(a) _____, sob a orientação do(a) professor(a) _____ do Curso Superior de Pedagogia. A banca de avaliação foi composta pelos professores _____.

A média obtida foi _____ (_____), sendo considerado o(a) aluno(a)

() aprovado sem ressalvas.

() aprovado com ressalvas.

() não foi aprovado.

() não compareceu

Morrinhos, _____ de _____ de 20____.

Professor Orientador³

Membro da Banca de Avaliação

Membro da Banca de Avaliação

³ Caso haja coorientador, seu nome e assinatura deverão constar na ata de defesa.

Anexo 9

Ficha de Ocorrências Gerais

Aluno(a):
Professor Orientador(a):

Ocorrência:

Assinatura

Parecer do Colegiado: () deferido () indeferido, registrado em ata _____

Anexo 10**Termo de compromisso e aceite de realização de TC em empresa
ou outra organização/instituição.**

Eu _____ representante da
empresa ou instituição _____ afirmo
consentimento de que o aluno do IFGoiano _____ orientado pelo
professor _____ possa realizar as coletas necessárias (ou parte delas) para a
realização de seu trabalho de curso neste local, no setor _____
sem prejuízo para ambas as partes, desde que o aluno preserve a ética necessária. O objeto escolhido
para o trabalho será: _____.

Morrinhos, _____ de _____ de 20____.

Representante da empresa

Professor(a) Orientador(a)

Aluno (a)

Anexo 11**Formulário de encaminhamento de entrega de versão final do TC**

Morrinhos, ____/ ____/ ____.

Como Professor Orientador(a) do Trabalho de Curso intitulado:

encaminho **a versão final** do TC do(a) aluno(a):

Assinatura do Professor Orientador

Assinatura do(a) Aluno(a)

APÊNDICE 3 - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 1.º -As Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IF Goiano- *Campus* Morrinhos, doravante denominadas como ACC, as quais são componentes curriculares obrigatórias do Curso, estão baseadas no Regulamento dos Cursos Superiores do IF Goiano.

Art. 2.º-As Atividades Complementares têm por finalidade estimular a participação do aluno em experiências diversificadas, nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, que contribuam para sua formação humana, nos âmbitos social, científico e profissional.

Art. 3.º - As Atividades Complementares compreendem atividades de complementação da formação social, humana e cultural; atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo; atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, promovidas pelo IF Goiano ou por outras instituições.

CAPÍTULO II DA INTEGRALIZAÇÃO

Art. 4.º - As Atividades Complementares deverão totalizar, no mínimo, 200 horas e devem ser integralizadas durante o decorrer do Curso de graduação.

§ 1º - A carga horária correspondente a cada uma das atividades desenvolvidas será computada conforme o disposto no ANEXO A, o qual é parte integrante deste Regulamento.

Art. 5.º - Somente terão validade as Atividades Complementares realizadas durante o período em que o aluno encontrar-se matriculado no Curso de Pedagogia do IF Goiano-*Campus* Morrinhos.

Parágrafo Único ó Os alunos ingressantes no Curso de Licenciatura em Pedagogia do *Campus* Morrinhos por meio de transferência interna ou externa poderão aproveitar as horas desenvolvidas em Atividades Complementares em seu curso ou instituição de origem, desde que devidamente comprovadas e contempladas nos casos previstos neste Regulamento.

Art. 6.º - As atividades realizadas somente serão validadas mediante apresentação de documentação relativa à atividade onde conste nome do evento, carga horária, nome completo do aluno, instituição promotora e data da sua realização.

CAPÍTULO III

DA MATRÍCULA E DA APROVAÇÃO

Art. 7.º - O aluno deverá protocolar junto à Coordenação de Registro Acadêmico a documentação comprobatória para avaliação das Atividades Complementares, no ato da renovação de matrícula realizado semestralmente, devidamente validadas pela Coordenação de Atividades Complementares do Curso.

§1º - O aluno deverá solicitar o reconhecimento da carga horária e das atividades até 30 dias úteis antes da colação de grau.

§2º - O aluno deverá guardar cópia do protocolo de entrega da documentação comprobatória até que sejam consideradas aprovadas suas Atividades Complementares.

§3º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete a carga horária mínima, o aluno não poderá realizar a colação de grau, devendo matricular-se no curso no próximo período letivo para atender a esse requisito legal.

§ 4º - O prazo máximo para a integralização das Atividades Complementares corresponde ao prazo máximo para integralização do curso, previsto no Regulamento dos Cursos Superiores do IF Goiano.

Art. 8º - Não haverá dispensa das Atividades Complementares.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 9º - Ao Colegiado do Curso compete propor à Coordenação do Curso:

I - Procedimentos para avaliação das Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

II - As disciplinas de enriquecimento curricular, que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

III - As formas de avaliação de Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

IV ó O Coordenador das Atividades Complementares no âmbito do Curso;

SEÇÃO II

DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Art. 10º ó À Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IF Goiano ó *Campus Morrinhos* compete:

I ó Divulgar aos alunos este Regulamento;

II - Propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;

III - Supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;

IV ó Convocar reunião do Colegiado para a validação de atividades complementares não previstas nesse regulamento.

SEÇÃO III

DA COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO

Art. 11º ó Ao Coordenador de Atividades Complementares da Licenciatura em Pedagogia, compete:

I ó Divulgar aos alunos estas Normas e Procedimentos, juntamente com a Coordenação do Curso;

II - Analisar e validar as documentações das Atividades Complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração o estabelecido neste Regulamento;

III - Orientar os alunos quanto à carga horária, a validade e a escolha das referidas atividades;

IV - Fixar e divulgar datas e horários, nos ambientes da Coordenação do Curso, para atendimento dos alunos e análise e validação dos documentos comprobatórios;

V - Manter, junto à Coordenação do Curso, arquivo atualizado contendo a ficha de acompanhamento cada aluno;

VI - Informar à Coordenação do Curso e ao Colegiado as atividades realizadas pelos alunos, bem como prestar informações que lhe forem solicitadas;

VII - Prestar esclarecimentos aos alunos ingressantes sobre as normas e procedimentos quanto à realização das Atividades Complementares;

VIII - Participar das reuniões dos Coordenadores das Atividades Complementares propostas pela

Instituição;

IX - Manter contato com outros professores do Curso para que possam orientar os alunos quanto à realização das Atividades Complementares.

X - Encaminhar as Atividades Complementares não previstas neste Regulamento ao Colegiado do Curso para validação.

SEÇÃO IV

DO ALUNO

Art. 12º - São deveres dos alunos do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IF Goiano o *Campus Morrinhos*, no que se refere às Atividades Complementares:

I - Informar-se sobre este Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora IF Goiano que propiciem pontuações para Atividades Complementares;

II - Inscrever-se e participar efetivamente das atividades promovidas pelo Curso que possam ser consideradas Atividades Complementares;

III - Integralizar, no mínimo, 200 horas de Atividades Complementares, conforme prevê a legislação vigente;

IV - Providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;

V - Validar a documentação junto à Coordenação de Atividades Complementares.

VI - Entregar a documentação validada na Coordenação de Registros Acadêmicos até data estabelecida no art. 7º deste Regulamento, e guardar o protocolo de recebimento da documentação;

VII - Arquivar a documentação original comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la quando solicitada;

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13º - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pela Coordenação do Curso, por meio da análise de requerimento protocolado para a Coordenação do Curso.

Anexo A

Tabela de Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Pedagogia.			
Atividade	Descrição	Carga horária	Limite máximo (horas)
1. Pesquisa	Participação em programas de Iniciação Científica e de Iniciação Tecnológica (PIBIC/PIVIC).	45h/semestre	90
	Apresentação ou publicação de trabalhos em eventos técnico-científicos.	20h/trabalho	
	Publicação de trabalhos científicos em periódicos.	30h/trabalho	
	Participação em grupos de estudo	20h/semestre	
	Participação em eventos científicos	8h/dia evento	
	Participação em palestras ou workshops	Horas /evento/ limite máx. de 40h	
2. Extensão	Participação em projetos de extensão	30h/semestre	90
	Participação em semanas acadêmicas, workshops ou eventos culturais, simpósios ou congressos	15h/participação	
	Organização, coordenação, realização de cursos e/ou eventos internos ou externos ao IF Goiano, de interesse deste ou da Comunidade	10h/participação	
	Participação em programas de intercâmbio institucional, nacional e/ou internacional.	60h/semestre	
	Participação em mini-cursos (com duração mínima de 4 horas)	Carga horária Efetiva (limite máx. 40h)	
3. Ensino	Monitoria em disciplinas do curso de Licenciatura Pedagogia ou cursos afins.	30h/semestre	90
	Participação em projetos de Iniciação a Docência (PIBID)	30h/semestre	
	Estágios não obrigatórios na área de Pedagogia	60h/semestre*	
	Disciplinas extracurriculares, pertencentes a outros cursos do IF Goiano ou de outras IES, em áreas afins da Pedagogia.	30h/semestre	
	Participação em projetos ou programas institucionais.	20h/semestre	
	Ministrar palestras, mini-cursos, oficinas e Work-shop.	Hora certificado (limite máx. 40h)	
4. Práticas profissionalizante⁴s	Exercício da docência na Educação Infantil	15h/semestre	45
	Exercício da docência nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental	15h/semestre	
	Participação em projetos de ensino	15h/semestre	

⁴ A carga horária computada como "Prática profissionalizante" não pode coincidir com os períodos em que o aluno está utilizando sua atividade docente para redução de carga horária do estágio supervisionado (art. 35 do regulamento de estágio).

5.Representação estudantil	Membro titular do Diretório Acadêmico da Licenciatura Pedagogia ou do Diretório Central dos Estudantes.	20h/semestre	60
	Representação estudantil em órgãos colegiados do IF Goiano, do Curso ou do Departamento.	10h/semestre	
6. Aperfeiçoamento profissional	Cursos na área da educação, gestão ou de metodologias de ensino.	15h/Curso	60
	Curso de idiomas.	20h/semestre	
7. Ação social, cidadania e meio ambiente	Participação em programas ou ONGs relacionados à ação social ou defesa do meio ambiente.	10h/semestre	30